



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BELÉM

Ata da 1ª Sessão Ordinária / 06 de abril de 2021

PREÂMBULO

---Aos **seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e um** realizou-se, pelas **vinte e uma horas**, em sistema *Zoom*, a **1.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2021**, convocada nos termos legais, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

---**Ponto 1** – Período antes da Ordem do Dia; -----

---**Ponto 2** – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2020; -----

---**Ponto 3** – Apreciação e aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2021 (PPI e PPA); -----

---**Ponto 4** – Apreciação do Inventário a 31.12.2020; -----

---**Ponto 5** – Apreciação e votação da alteração do Regulamento de Atividades Físicas e Desportivas do Centro Social de Belém; -----

---**Ponto 6** – Apreciação e votação de Protocolo de Cooperação entre a Freguesia de Belém e a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal; -----

---**Ponto 7** – Apreciação e votação de alterações ao Regulamento do Programa Escolas com Voz;

---**Ponto 8** – Apreciação e votação da adesão ao Programa RedEmprega e à RedEmprega do Vale de Alcântara; -----

---**Ponto 9** – Protocolo com a produtora UAU para apresentação da Exposição “Meet Vincent Van Gogh – Prorrogação do prazo; -----

---**Ponto 10** – Apreciação e ratificação de doações; -----

---**Ponto 11** – Informação escrita do Presidente. -----

---A sessão foi presidida por Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (PSD), e secretariada por Luís Branco da Silva (PSD), Primeiro Secretário, e Margarida Maria Olazabal Cabral (PSD), Segunda Secretária. Além dos elementos que integram a Mesa, compareceram os seguintes Eleitos: -----

---José Alberto Gomes Pascoal (PSD)-----

---Maria Antónia Bairrão Pombo dos Santos Rodrigues Balula Santos (PSD)-----

---Fernando Manuel Magiolo Magarreiro (PSD)-----

---Maria Judite Oliveira Cristas Macieira Fragoso (CDS-PP)-----

---João Nuno Gomes Leal Vaz Tomé (CDS-PP)-----

---Maria Teresa Mourão de Almeida (PS)-----

---António Óscar Rio Machado Rodrigues (PS)-----

---Fernanda Maria Bingalinha dos Santos Paredes (PS)-----

---Pedro Jorge Dias Pimenta Rodrigues (PS)-----

---Josué Carlos Marques Caldeira (PCP)-----

---Registaram-se os seguintes pedidos de substituição: José Manuel Marques de Matos Rosa (PSD), e Diogo Afonso de Belfort Cerqueira Pereira Henriques (CDS-PP). -----

---Constatada a existência de quórum, o **Presidente da Assembleia de Freguesia** declarou aberta a sessão. -----

PONTO PRÉVIO – Intervenção do público

--- Vasco Leónidas (Munícipe) ---

Primeiro, queria fazer uma declaração de interesses, no sentido em que eu sou arquiteto urbanista e fui coautor do projeto de loteamento da EPUL, que foi feito nos anos noventa – a Encosta do Mosteiro, quer o loteamento, quer os edifícios, fui coautor desse projeto. E no seguimento desses trabalhos, também desenvolvemos trabalhos no terreno em causa.

Na altura em que desenvolvemos esses trabalhos no terreno em causa, os estudos que fizemos foram estudos com índice um, em que, em torno de uma praça urbana pedonal, iriam existir edifícios de habitação e edifícios de serviço – um pouco como se fez na intervenção da Encosta do Mosteiro, em que tem um centro de negócios, e depois, mais à frente, tem uma série de edifícios habitacionais, de quatro ou cinco pisos, e com um jardim que foi criado para fazer a ligação com a parte monumental da cidade, que começa no Jerónimos, Casa Pia, Estádio do Belenenses, Museu de Etnologia, e terminaria nessa parte residencial.

Queria dizer que li com atenção o parecer da Junta de Freguesia, estou de acordo com o parecer da Junta de Freguesia. Apenas um reparo que gostaria de fazer, quer na intervenção da EPUL, quer dentro da intervenção do Arq.º António Pereira, nos anos setenta, quer posteriormente, na intervenção que nós fizemos, existem edifícios que têm dois pisos, três pisos, quatro pisos, cinco pisos, e o parecer da Junta de Freguesia apenas refere a intervenção dos anos cinquenta ou sessenta, onde, realmente, os edifícios são entre cinco e sete pisos. Por isso, penso que se deveria retificar, no sentido de dizer que na envolvente do terreno em causa existem edifícios que vão desde os dois pisos até aos sete pisos.

Outra questão que gostaria de poder ajudar era no sentido de que existem Leis, existem regulamentos, e existem densidades que estão definidas nesses regulamentos. E seguindo as densidades que estão definidas nesses regulamentos para as várias tipologias dos setecentos e setenta fogos, temos uma densidade de duas mil e duzentas pessoas. Ou seja, não é um número vago entre mil e quinhentas e duas mil e quinhentas; não, é um número objetivo, que é o número de duas mil e duzentas pessoas, que são os números que são usados quando se está a fazer o planeamento.

Por fim, queria saudar a transparência e o modo democrático com que a Junta de Freguesia tem ouvido as populações, e num tema que é tão importante como este, que poderá, por si só, alterar grandemente toda a vivência do Alto do Restelo.

--- Gonçalo Matos (Munícipe) ---

Aquilo que me traz aqui hoje será o terceiro e último tema de que vos quero falar – diga-se de passagem, o mais relevante e mediático nesta altura, e que é, obviamente, a discussão pública dos loteamentos do Alto do Restelo. Mas, de facto, a vida da freguesia não para, e o nosso Núcleo de Vizinhos de Belém continua, naturalmente, a debruçar-se sobre várias questões, muitas delas que tem sido possível resolver, conversar, tratar diretamente com o Executivo da Junta – mais até

na pessoa do Sr. Presidente, a quem agradecemos todo o empenho e todo o tempo que tem despendido para responder a essas preocupações – mas que também nos deixa aqui a oportunidade de trazer, aparte dos loteamentos, dois temas à Assembleia de Freguesia.

O primeiro desses temas são os contratos de delegações de competências da Junta com a Câmara. Todos eles, no fundo, visam e preveem intervenções que permitem melhorar o espaço público, instalar novos equipamentos úteis para a população, tudo isso é de louvar.

A esse respeito, naturalmente, só um agradecimento, mas, concretamente, uma questão sobre dois dos projetos – um foi o prolongamento dos passeios na Rua de Belém e na Rua da Junqueira, questão que já foi trazida às duas últimas Assembleias de Freguesia, e que ainda não surtiu efeito – foi uma empreitada, de facto, boa, mas com alguns defeitos; há abatimentos, há problemas, mesmo em frente aos Pastéis de Belém. São questões simples de resolver, mas que têm que ser imputadas ao empreiteiro, não vemos grande dificuldade nisso. Vemos agora, por exemplo, na Rua Tristão Vaz um caso fácil de resolver pelo empreiteiro, e que, segundo sabemos, será resolvido no curto prazo. Não vemos motivo para, pelo menos desde setembro, agosto, continuarmos a ter de vir aqui constantemente com esta questão do prolongamento dos passeios e o acumular de água.

A outra questão que me traz aqui – e pedia ao Sr. Presidente da Mesa que me deixasse partilhar ecrã – prende-se com a Rua da Praia de Pedrouços. Nós, aqui na zona de Pedrouços, tivemos recentemente a instalação de uma ciclovia que vem fazer parte de uma estrutura ciclável da cidade. Para situar, temos a Rua de Pedrouços, temos a Rua Fernão Mendes Pinto, que é onde foi instalada a ciclovia, temos a Travessa Torrinha, temos o Largo Luís Alves Miguel e a Rua da Praia de Pedrouços. Antes da ciclovia, tínhamos estes sentidos – a Rua de Pedrouços com dois sentidos, a Rua Fernão Mendes Pinto, dependia do troço a que nos referíamos, e tínhamos estes sentidos na Travessa Torrinha e na Rua da Praia de Pedrouços. O que é que aconteceu? Após a ciclovia, num dos troços da Rua Fernão Mendes Pinto, um dos sentidos foi suprimido, coisa que nós não vimos com nenhum problema, a Junta aprovou, a Câmara aprovou, tudo bem.

O que é que acontece? Esta ciclovia veio resolver uma série de problemas da rua, tem sido muito bem vista pelos moradores, nada a apontar quanto a isso. Mas, acontece que, recentemente, foi feita uma alteração de sentidos na Rua da Praia de Pedrouços, e a justificação foi a supressão justamente desta seta a preto que aqui está. Ora, isto não tem qualquer sentido. Nós já reclamámos sobre isto em todos os fóruns, os moradores pediram uma reunião no local, de vizinhos, aconteceu, informal. Considerando aqui o ponto de convergência – por exemplo, este ponto vermelho em frente à USF – vimos que antes, vindo pela Avenida da Índia, continuamos a poder fazer, vindos de Algés, também continuamos a poder fazer, não há qualquer alteração, com ou sem aquele sentido – e agradecemos alguma explicação em relação a isto. Na Rua da Praia de Pedrouços, onde era um sentido único, passámos agora a ter esta situação, é uma situação extremamente confusa. No local, além de terem sido retirados lugares de estacionamento, foi apagada uma passadeira, o passeio ficou desprotegido, e portanto, agora aquilo que temos é estacionamento abusivo em cima do passeio, coisa que nunca existiu, em contramão, infrações em cima de infrações, e temos uma rua que manifestamente não serve para este tipo de

configuração. É uma rua com sete metros e meio, o regulamento de sinalização e trânsito obriga a que cada via tenha pelo menos três metros, o estacionamento tem que ter dois metros. Se somarmos seis metros aos dois metros, vemos que a rua não chega, ficam a faltar cinquenta centímetros. Além disso, os passeios têm um metro, e têm este problema.

Isto é para ilustrar como nenhum dos trajetos em causa sofreu qualquer alteração, com ou sem aquela mudança de sentido, é exatamente o mesmo para aceder à USF, e portanto, nós continuaremos a bater-nos por isso. O apelo que deixamos aqui é para que isto seja revisto; a Câmara está disponível para reverter, falta o parecer da Junta. Não sendo favorável, iremos, naturalmente, levar esta questão à Assembleia Municipal.

E em relação à petição sobre os loteamentos do Alto do Restelo – e para terminar – era apenas para deixar a nota de agradecimento a todos os vizinhos que nos assistem, mas também à Assembleia de Freguesia, que tem sido muito ativa neste processo. A nossa petição, que lançámos no domingo à noite, já vai com duas mil, trezentas e sessenta e duas assinaturas, está neste momento como a petição mais ativa de todo o país, em ritmo de recolha de assinaturas. E portanto, deixar também aqui o elogio à moção que será apresentada e votada hoje, mas também pedir que todos os que nos assistem invistam algum do seu tempo a assinar a petição.

--- Mafalda Farmhouse (Munícipe) ---

Eu inscrevi-me para falar quando o Arq.º Vasco Leónidas começou a sua intervenção, porque falou do PRA. E o PRA não estava na ordem de trabalhos, mas era expectável que viesse a ser um tema aqui no PAOD.

Eu queria só fazer um desabafo, partilhar convosco uma preocupação, uma inquietação que eu tenho, que é a seguinte: Portugal tem compromissos relativamente à descarbonização, Lisboa tem compromissos relativamente à descarbonização, e eu tenho visto que a maior parte dos vizinhos que se têm manifestado relativamente ao impacto dos loteamentos que estão previstos para o Restelo, ou que estão propostos para o Restelo, ou que estavam propostos para o Restelo – não sabemos – tenho visto uma grande preocupação com o estacionamento. E eu penso que isso é uma preocupação do séc. XX. Nós temos que nos preocupar é com as alternativas à mobilidade assente no automóvel, no transporte individual automóvel – se for na bicicleta, se for na trotinete, se for no motociclo, por enquanto esse problema ainda não se coloca.

Mas, quando a Câmara apresenta uma proposta – e eu não estou de acordo com a proposta, note-se, mas quando a Câmara apresenta uma proposta que tem poucos lugares de estacionamento para aquilo que é previsível, ou que é expectável, ou à luz daquilo que têm sido as formas de mobilidade das pessoas em Portugal e em Lisboa, essa dotação de estacionamento é insuficiente. Mas, aquilo de que nós precisamos não é de mais estacionamento; nós precisamos de menos carros. E para isso, precisamos de mais transportes, precisamos de espaços públicos mais aprazíveis para as pessoas se deslocarem a pé, para as pessoas se deslocarem de bicicleta, para as pessoas se deslocarem de outras formas.

Eu estou a imaginar que agora, obviamente, aqueles terrenos vão ser ocupados com edifícios, para onde vêm famílias – eventualmente não tantas, mas hão de vir – e depois, essas pessoas vêm ao Careca de carro. E vão estacionar onde? E depois, as pessoas daqui vão lá acima, às compras, de carro. E vão estacionar onde? Isto não faz sentido; não faz sentido nós pensarmos na mobilidade desta maneira.

No outro dia, caro Telmo Correia, eu ouvi-o dizer uma coisa que, palavra de honra, fiquei estupefacta, que foi: “eu saio de casa para levar os meus filhos à Secundária do Restelo, e não tenho lugar para estacionar.” Como é que uma pessoa que mora nas Torres do Restelo precisa de levar os seus filhos à Secundária do Restelo de carro? O que tem que ter é um espaço público seguro, aprazível, para os miúdos poderem ir a pé em segurança. E eu penso que é essa que tem que ser a reivindicação dos Vizinhos de Belém, das pessoas que aqui vivem, porque isso é que nos vai trazer qualidade de vida; não são mais vias, não são mais estacionamento, não são mais automóveis, são menos automóveis, mais mobilidade suave. Isto é uma inquietação que eu queria partilhar convosco.

A outra tem a ver com o estado de degradação em que estão os jardins da freguesia. O Jardim Ducla Soares e todas as pracetas da Rua D. Francisco de Almeida estão num estado absolutamente catatónico – os pavimentos estão degradados, as zonas verdes estão degradadas, as estruturas físicas estão degradadíssimas. E é uma pena, é confrangedor aquilo estar assim, naquele estado. Ainda no outro dia estava a comentar com uma pessoa que até está a assistir a esta Assembleia que há lixo que eu conheço há três meses nas escadas que sobem para a Capela de S. Jerónimo. Como é que é possível? Quer dizer, aquilo não é limpo há três meses? O que é que se passa com a manutenção dos jardins da Freguesia de Belém? Principalmente estes jardins, estes jardins são jardins patrimoniais, são jardins que foram concebidos, desenhados pelo Gonçalo Ribeiro Telles, que toda a gente louva quando dá jeito, mas depois ninguém respeita quando é preciso fazer algum esforço.

Essa era outra das coisas que eu queria partilhar aqui, aproveitando estarem sessenta e seis participantes nesta Assembleia de Freguesia, que é verdadeiramente um *record*. Muito obrigada a todos os que aqui estão.

--- Beatriz Águas (Munícipe) ---

Apenas dois comentários relativamente ao parecer da Junta sobre os loteamentos do Alto do Restelo.

Em primeiro lugar, perguntar como é que a Junta de Freguesia, dado o alinhamento que tem havido entre a Junta, os Vizinhos de Belém e a AMBEX, como é que propõe fazer o acompanhamento após o dia 15 de abril, que é o prazo que foi dado pelo Vereador Ricardo Veludo, o prazo em que termina a consulta pública deste projeto. Este era o primeiro comentário.

O segundo comentário, dizer que concordamos com o parecer da Junta de Freguesia, apenas acrescentaria uma questão que faz parte da requalificação dos equipamentos educativos,

desportivos e sociais que já existem, e que carecem de obras – estou a referir-me designadamente aos Agrupamentos Escolares.

E são estes os dois comentários que tenho para fazer.

--- Presidente da Mesa ---

Da minha parte, só uma pequena nota, porque a Mafalda Farmhouse dizia há pouco que tinha ficado catatónica – penso que foi a expressão – com uma coisa que eu disse, e eu queria evitar que ela ficasse catatónica – acho que não é uma boa ideia – e esclarecê-la que não foi isso que eu disse, nem o poderia ter dito. Eu não disse que para levar os meus filhos à Secundária do Restelo precisava de estacionar o carro, nem o poderia ter dito, porque nenhum dos meus filhos está na Secundária do Restelo, estão ambos no S. José, e eu não costumo estacionar o carro no S. José. O que eu disse foi que já na parte de cima do Restelo, para nos deslocarmos para uma pequena atividade, para pôr os miúdos para seja o que for, se formos de carro, muitas vezes, hoje em dia, já não há estacionamento. Já não há estacionamento, chegando a casa, se não tivermos garagem própria para estacionar, muitas vezes.

Portanto, pôr mais três mil pessoas, sem garantir lugares de estacionamento, é uma irresponsabilidade, na minha opinião, e mantenho, porque, de facto, estacionamento, hoje, já não existe à superfície, já não é suficiente. E foi só isso que eu disse, que fique claro.

Em relação ao resto, eu também gostava de viver num mundo ideal, em que todos tivéssemos tempo de ir a pé, e de chegar a pé, e de ir de bicicleta, de ver as vistas. Infelizmente, às vezes não é assim; às vezes temos cinco minutos para ir buscar os miúdos ao colégio e para pô-los numa atividade qualquer, e para isso, é evidente que é preciso usar o carro. E depois, quem vive nesta zona também sabe que daqui se tem que ir de carro para todo o lado, porque o metro não tem sido uma prioridade, nem da Câmara, nem do Governo – mas, isso é um outro problema, eu não queria fazer essa discussão. É certo que o metro poderia ter sido, ao longo destes anos todos, uma prioridade, e talvez tudo ficasse mais rápido e mais fácil, mas, de facto, tudo o resto tem a ver com a vida de cada um, e com a necessidade, ou não, de usar o carro. Eu não sou contra a utilização do carro, não tenho nada contra isso, e acho que é legítimo que quem quiser usar os carros, que os use – pelo menos eu tenciono continuar a usá-lo, e se não o usar, a minha vida fica muito mais complicada.

--- Presidente do Executivo ---

Vou responder aqui, e para já, vou referir-me ao Arq.º Vasco Leónidas, que há bocado falou. Agradeço-lhe todo o apoio que tem dado à Junta, a disponibilidade que tem dado e que tem oferecido para este combate – que para mim, é um verdadeiro combate – para evitar que este projeto, da forma como está delineado, seja executado aqui na nossa freguesia. Isto ia acabar com toda aquela caracterização que nós temos aqui nesta parte de cima da nossa freguesia, nomeadamente da ex-Freguesia de S. Francisco Xavier, naquela zona toda. Quem escolhe Belém para viver sabe que vem para uma zona que não é o centro de Lisboa, mas é Lisboa, também não é fora de Lisboa. E por isso mesmo, nós estamos a preparar – aliás, já preparámos, e teve que ser muito rapidamente, porque não tivemos da parte da Câmara a gentileza de nos explicarem

que o prazo terminava no dia 15 de abril, o prazo de auscultação pública. Tivemos de ser nós, com ??? que tivemos, nomeadamente de algumas pessoas, de algumas redes sociais, e de algumas comissões de moradores, que nos foram avisando que estava a ser delineada a finalização deste processo de auscultação para 15 de abril, e eu, então, confirmei, tomei a iniciativa, e avisaram-me, sim senhor, que era no dia 15 de abril.

De maneira que como nós tínhamos esta Assembleia de Freguesia marcada para hoje, a nossa prioridade foi, ainda hoje à noite, terminarmos o parecer, que é um parecer já não provisório, isto é, um parecer já feito com base nas sugestões da reunião que fizemos com a população aqui há uns dias, em que vão na linha global do que, na altura, se falou – aliás, penso que também vai haver uma moção indicada por alguns Partidos nesta Assembleia de Freguesia, no sentido de darem o apoio a esse parecer da Junta de Freguesia, que teve em conta o sentir da população com base nessa auscultação, mas que não tem nada a ver com aquele projeto, que eu acho que é uma tal fantasia urbanística. E por isso mesmo, tivemos que acelerar tudo isto. Tenho uma equipa de juristas, engenheiros e arquitetos, que estou a contar com eles para agora, logo a seguir a esta Assembleia, nos reunirmos, para depois vermos, até com os nossos diferentes moradores e grupos organizados, vermos como é que nos vamos preparar para esta fase que se vai seguir em breve.

Para já, hoje vai ser dado a conhecer esse parecer que nós temos, aos membros da Assembleia de Freguesia, para já, e às outras pessoas, com certeza, amanhã ou depois, não sei.

Mas, para já, quero agradecer ao Arq.º Vasco Leónidas, que já se disponibilizou para nos ajudar também, o que agradeço, e vamos juntá-lo aqui a uma equipa que temos, de juristas e engenheiros, para esta situação, e ver o que é que podemos fazer para tentarmos travar este projeto, como ele está delineado. Mais uma vez dizemos que não temos nada contra o PRA, pelo contrário; agora, queremos que haja ali um projeto mais ou menos nos termos em que estava delineado aqui há uns anos, com uma pequena zona comercial na parte de baixo, uns quatro ou cinco andares na parte de cima, com alguns equipamentos, que já foram referidos ali, como uma zona verde, alguns parques desportivos, e uma ligação a Monsanto. Em linhas gerais, era isto, tendo em conta sempre aquela zona à volta daquele local, que não é um ponto de referência, obviamente, das Torres.

Gonçalo de Matos, falou aqui de duas coisas – estou a tentar falar de uma forma muito sintética – de umas eventuais deficiências de construção do passeio, com esplanadas, na Rua de Belém e na Rua da Junqueira. Posso dizer-vos que são duas obras que não são obras de arte, mas são obras de construção, que foram feitas. Eu já estive com o Gonçalo lá no local, com grande chuva, depois de chover muito, fomos lá ao local, a meu convite, para ver onde é que estavam essas tantas poças. Houve uma pequena poça, insignificante, como é evidente, porque aquilo tem que ser feito, por questões técnicas, para não entrar água pelas casas que existem, na Rua de Belém e na Rua da Junqueira. Posso admitir que possam haver umas coisinhas, deficiências pequeninas, mas, quer dizer, vamos lá ver se nos entendemos, nós temos coisas tão importantes neste momento para resolver, são umas pequenas deficiências sem qualquer relevância, como na altura lhe disse – até acho estranho continuarem, com coisas tão importantes, a falar de coisas que,

realmente, não têm grande significância. Mas, pronto, tudo o que se puder ir regularizando, vamos regularizando, mas não me pareceram assim grandes deficiências, e estivemos lá numa altura em que choveu bastante.

Esta história quanto ao sentido único da Rua da Praia de Pedrouços, isto é consequência ??? gostam de dizer que é a Junta, e a Junta. Isto foi um acordo. Aí, eu resolvi não entrar em partidarites, e tentar, de uma forma institucional, resolver isto, a bem da situação aqui na nossa freguesia. Aí, negocieei com a Câmara, para tentar salvar algumas situações que iriam ser um desastre, se fosse a Câmara a fazer isto sozinha. Fui construtivo, andámos ali a ver o que havia, e no pacote da ciclovia foi decidido, por ambas as partes, e pelos técnicos da Câmara, que era bom essa rua ficar só com um sentido, para que as pessoas que venham, por exemplo, para a Unidade de Saúde Familiar, não terem que ir quase até Algés ??? Travessa da Torrinha, quando se entra, virar para a Unidade de Saúde Familiar, porque tem um parque de estacionamento nas traseiras, e vão logo diretamente para lá, ou quem quer ir para o outro lado da linha, também vai por aí, no sentido de quase dar uma volta até Algés.

Por isso mesmo, isto faz parte do pacote da ciclovia. Temos uma USF que está sempre com gente, que é uma das prioridades aqui da nossa freguesia – a não ser que queiram acabar com a ciclovia. Realmente, não sou grande entusiasta desta ciclovia, apesar de, às vezes, a utilizar, porque também ando muito de bicicleta, mas acho que o transtorno da ciclovia aqui até é superior ao benefício. Mas, pronto, tentei ver, não temos nunca certezas absolutas, vi que era uma prioridade, era uma matéria da Câmara, mais ou menos, como representante da Junta, tentei integrar esse conjunto de técnicos da Câmara que estavam a tratar desta questão, tentámos ser construtivos e tentámos minimizar as consequências, porque, realmente, a muita gente traz problemas, mas pronto, a ciclovia lá está. Mas, repito, isto é consequência da ciclovia, para minimizar os estragos que essa ciclovia acarretou, com esse sentido único na Rua Fernão Mendes Pinto.

A Mafalda Farmhouse fala no PRA, o compromisso de Portugal para a descarbonização, só se preocupam com o estacionamento. Vamos lá ver se nos entendemos, quer dizer, isto é brincar com as pessoas: no projeto que estava delineado, fala-se lá que as pessoas que vão viver para ali não vão precisar de carro, que basta andarem a pé ou de bicicleta. Estamos a brincar todos uns com os outros. Hoje em dia, cada família tem pelo menos dois carros. Mas, mesmo que tivessem só um carro, a Câmara admite que essa gente que vem viver para aqui não vai ter um carro? Quer dizer, estamos a enganar-nos todos uns aos outros, e vamos lá ver, não somos uns pacóvios. Vamos ver se nos entendemos, é evidente que pessoas da classe média, jovens que queiram um novo emprego, quem é que não tem um carro? É mais barato do que uma bicicleta. A minha assistente comprou um carro agora por 1.100€, e o Sr. Vereador anda numa bicicleta de 7.800€. Portanto, vamos ver se nos entendemos, não vamos brincar com estas coisas.

O lixo de há três meses, não está aí bem definido se o lixo é dos jardins, ou se é de rua. Se é de jardins, é a nossa empresa de limpeza, temos que ver o que é que se passa; se é da rua, são os nossos colaboradores da limpeza e da higiene urbana. Isso tem que ser melhor esclarecido. Realmente, já tenho visto algumas vezes, vejo, às vezes, lixo abandonado em alguns sítios, e admito que por vezes eles se esquecem, e estou sempre em cima deles quando vejo essa

situação. Portanto, se já é há três meses, agradeço à Sra. Arquiteta – que, aliás, é sempre tão diligente nessa matéria, que a vejo várias vezes ali a passear o seu cão, e a ver essas situações – que nos possa falar, porque nós assim podemos mandar ver o que é que se passa. Se forem os jardins, o Dr. João Carvalhosa fala com a empresa responsável pela manutenção dos jardins; se for da higiene urbana, o Dr. Tiago Pessoa também fala com as pessoas sobre esse problema.

Quanto à Beatriz Águas, já temos agora, desde há bocado, o parecer – aliás, elaborado hoje, numa reunião por videoconferência que fizemos do Executivo, há bocado, para poder vir a esta reunião. Esse parecer, penso que espelha, em linhas gerais, grande parte das preocupações que a população, de uma forma geral, manifestou naquela reunião que pusemos à disposição das pessoas para dizerem o que tinham a dizer sobre estes loteamentos, é um instrumento para mostrar à Câmara. Para já, hoje a Assembleia de Freguesia também se pronunciará sobre isso, através da sua moção.

E os equipamentos escolares, de facto, aqui da zona estão uma desgraça. As pessoas, hoje em dia, têm imensa dificuldade em inscrever os seus filhos ??? creches, quer seja na escola secundária, sejam outras instituições de educação. Por isso mesmo, agora estarmos a aumentar a população desta freguesia em mais 15%, tendo estes equipamentos completamente saturados – está bem, há o caso positivo da Unidade de Saúde Familiar, que veio dar um novo reforço aqui à freguesia, reforço à USF Descobertas; mas, de qualquer forma, na parte do ensino, é muito difícil as pessoas conseguirem pôr os seus filhos aqui nos nossos estabelecimentos. E outras instituições, também na parte dos centros de dia – aliás, agora acabámos de perder um, que tínhamos apalavrado com a Santa Casa da Misericórdia, na Rua Fernão Mendes Pinto, e por causa do Museu Judaico, e da permuta que a Câmara fez sem nos consultar, perdemos esse projeto que tínhamos delineado com eles. E neste momento, não sei como é que vamos ser ressarcidos ??? tinha sido negociado com a Santa Casa.

Portanto, temos muita falta de equipamentos, e é uma altura boa para aproveitar para os fazer aí. Agora, há uma coisa que eu acho, de facto: aquele projeto não pode avançar daquela forma, porque ia ser o fim, para toda a gente, e também das próprias pessoas que vinham morar para aí, porque não vinham ganhar nenhuma qualidade de vida, podiam ir viver para um outro sítio aqui à volta de Lisboa, porque, de facto, era a mesma coisa em que isto se ia transformar, íamos ser quase uma Amadora. Não estou a dizer mal, eu sei que isto não é um bairro social, com certeza que não é, é para a classe média e para jovens a entrar numa vida profissional, mas, de qualquer forma, é gente a mais para o espaço que está ali em causa, e numa zona da cidade que tem umas certas características. E é por isso mesmo que estas pessoas que vivem aqui não quiseram ir viver para o centro de Lisboa, porque gostam de estar em Lisboa sem estar em Lisboa. São as características desta zona.

Quanto aos equipamentos escolares, há uma coisa positiva – não há só coisas negativas: estão praticamente todos com obras. Com exceção da Escola Secundária do Restelo – que eu, pessoalmente, até gosto bastante, admito que ainda se pode melhorar muito, e realmente, é inadmissível ainda não ter um pavilhão gimnodesportivo, vamos ter que ser nós agora a fazê-lo, vamos tentar resolver aquele caso que temos em Caselas, e cobrir o pavilhão que lá está. Mas,

de qualquer forma, continuo a dizer que é inadmissível uma escola não ter um pavilhão gimnodesportivo, como se o desporto fosse um luxo.

E, de uma forma geral, era isto que eu tinha para referir nesta situação. Estou sempre à disposição para o que for necessário.

PONTO 1 – Período antes da ordem do dia

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Estamos com setenta e sete participantes, não me lembro de ver tanta gente a participar numa Assembleia de Freguesia, o que é realmente notável e demonstra bem o que é esta Freguesia de Belém, uma freguesia ativa, e que, realmente, quer cuidar do seu património e da sua vida social nesta Junta.

O PSD gostaria de apresentar uma moção. Esta moção não é uma moção única da Bancada do PSD, foi uma moção trabalhada em conjunto com o CDS e com o Partido Socialista. Pessoalmente, congratulo-me por, entre três forças partidárias, termos conseguido ter um texto conjunto e comum relativamente aos projetos de loteamento em curso. Não temos o PCP a aderir a esta subscrição, logicamente que o Josué Caldeira poderá oportunamente explicar. Eu sei que ele se revê na questão dos projetos de loteamento, na génese global, e que não aprova estes projetos de loteamento, mas não se revê nesta moção que nós, os três Partidos maioritários, fizeram nesta Assembleia de Freguesia.

Eu sei que são duas páginas, mas o Sr. Presidente vai-me permitir que eu leia, porque temos aqui o público a participar nesta Assembleia, e portanto, acho que deve escutar esta moção que estes três Partidos têm a apresentar nesta Assembleia de Freguesia.

Moção – “Projetos de Loteamento 7URB2020 e 8URB2020 do Alto do Restelo”

“Estão em curso na nossa Freguesia de Belém dois projetos de loteamento, sítios no Alto do Restelo, ainda em discussão pública até ao dia 15 de abril próximo, que preveem até setecentos e setenta e dois fogos, dos quais cerca de dois terços se destinam ao Programa de Renda Acessível, da iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa.

Da informação disponível, confirmada através de reunião havida entre a Câmara Municipal de Lisboa, Junta de Freguesia de Belém e Assembleia de Freguesia de Belém, a proposta contempla a construção de doze edifícios – um dos quais com quinze pisos acima do solo, dois com catorze pisos, um com treze pisos, e outro com doze pisos.

Desde já se esclarece que a Assembleia de Freguesia de Belém apoia o Programa de Renda Acessível, ou outros de natureza similar, enquanto forma de criar oportunidades de residência a populações mais jovens, ou com dificuldade de custear preços de mercado na cidade de Lisboa, mas considera inaceitável que o caso presente preveja que cerca de 30% do Programa de Renda

Acessível na cidade de Lisboa ocorra nesta Freguesia de Belém, tendo como consequência o aumento da sua população, da Freguesia de Belém, em mais de 15%.

Face à envolvência dos projetos e localização relativamente às construções existentes, a Assembleia de Freguesia de Belém considera igualmente que a volumetria e cêrcea dos edifícios previstos são excessivas, o que destruirá totalmente o sistema de vistas do Alto do Restelo, originando uma descaracterização da linha urbanística de todo o bairro onde se insere. A Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a referir que o índice de volumetria está abaixo do previsto no PDM para a zona. Contudo, verifica-se que o índice de ocupação está acima da média da cidade de Lisboa.

A Assembleia de Freguesia de Belém equaciona mesmo a necessidade da avaliação de impactos, nomeadamente na questão da necessidade de equipamentos sociais, desportivos ou culturais de apoio, para além do de carácter ambiental, porquanto estamos perante o somatório de dois loteamentos com mais de quinhentos fogos, desenvolvidos em simultâneo. Sabemos que, embora sem aplicação direta nos termos da Legislação aplicável, todas as operações urbanísticas que resultem na criação de mais de quinhentos fogos, deverão ter uma avaliação de impacto ambiental.

Reforçando o referido anteriormente, para além de carências atuais, resultará num aumento populacional na Freguesia de Belém na ordem de 15%, e atendendo à falta de estruturas essenciais, tais como creches, berçários, escolas, para além das existentes e já lotadas, centros seniores, o que irá aumentar ainda mais estas necessidades prementes e acentuar a perda de qualidade de vivência para quem quer vir viver para a freguesia, e para quem já nela vive.

Recomendamos, assim, que a Câmara Municipal de Lisboa deveria equacionar edificar nestes terrenos ainda mais espaços verdes, mais equipamentos sociais para os munícipes, bem como uma zona comercial de rua, essencial para o Alto do Restelo, e retomar a ideia da criação do corredor verde que configure a ligação entre o Parque dos Moinhos de Santana e Monsanto.

Relativamente às questões de mobilidade, saudamos o anúncio do reforço de transporte público para a freguesia, através do designado LIUS, mas entendemos que deve ser também equacionada a necessidade de reforço da oferta de lugares de estacionamento que resultarão destes loteamentos, cumprindo-se a capitação prevista em PDM e resolvendo igualmente algumas das carências já hoje sentidas na frequência de equipamentos nesta zona da freguesia.

Resulta claro que, da análise de toda a informação disponível e partilhada, a edificação pela Câmara Municipal de Lisboa destes projetos não poderá avançar sem colocar em causa a vida comunitária da população residente na Freguesia de Belém, e ainda que a Câmara Municipal de Lisboa mantenha esta intenção de edificação, tal não deveria, em caso algum, exceder a altura média dos prédios da Rua Tristão Vaz, Avenida Ilha da Madeira, Rua Mem Martins, Rua Rodrigo Reinel e EPUL, para o caso do Loteamento 8, e não exceder metade da altura média das Torres do Restelo, no caso do Loteamento 7. Só dessa forma se pode assegurar que a densidade

habitacional não seja superior às equivalentes nessas ruas atrás referidas para cada loteamento, mantendo assim uma harmonia habitacional para o comum da comunidade.

Assim, a Assembleia de Freguesia solicita a alteração ou a suspensão de tais loteamentos, decorrentes da participação pública, sugeridas nas solicitações e pedidos entregues junto da Câmara Municipal de Lisboa.

Requer-se, por fim, à Junta de Freguesia de Belém que diligencie junto da Câmara Municipal de Lisboa, do seu Presidente, do seu Vice-presidente e Vereador do pelouro, a reversão desta decisão, tal como está configurada, porque vai descaracterizar a identidade da zona do Alto do Restelo, e que seja divulgada esta moção junto das plataformas próprias de comunicação, para além do seu envio ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa.”

--- Teresa Almeida (PS) ---

Eu gostaria de realçar que, neste caso presente, houve esta possibilidade de nos acertarmos relativamente a uma posição que, no meu entendimento, e no do Partido Socialista que aqui represento, é, de facto, importante que este movimento que convocou tantos residentes em Belém, possa ter uma expressão que dê um caráter de unidade, naquilo que foi o repúdio perante a proposta que foi apresentada para os dois loteamentos.

Evidentemente que se o Partido Socialista escrevesse uma moção, poderia usar formas diferentes de o fazer, mas o meu entendimento foi que seria importante nós podermos demonstrar perante a Câmara Municipal e perante os nossos fregueses que, de facto, ouvimos a população, estivemos presentes em todas as audições públicas, nós próprios fomos ouvidos enquanto representantes da Assembleia de Freguesia, e que há aqui um traço comum, que é aquele que está expresso, de uma forma genérica, na moção que aqui trazemos, e que nos convoca para esta sensibilização. Mais do que um combate político entre forças políticas diferentes, acho que aquilo que nos importa é assegurar que a ocupação urbana que for encontrada, e para a qual todos estamos de acordo que seja um Programa de Renda Acessível, que permita a oferta de habitação para as populações mais jovens, para aqueles que não conseguem ter acesso ao mercado de habitação privado, que possam permanecer numa zona em que gostam de viver, em que gostam que os seus familiares possam continuar a viver, e que ela seja feita da forma mais indicada possível.

Há pouco, vimos a intervenção do Vasco Leónidas, e penso que aquilo que ele trouxe do que foi uma prática, uma prática que foi de intervenção pública nesta zona do Alto do Restelo, devia ser uma base de partida – obviamente, sempre com leituras atuais, não se repetem modelos, mas podemos inspirar-nos no modelo de ocupação pública que, efetivamente, trouxe qualidade de vida aos moradores, e não deturpou aquilo que é o conforto e a forma de viver destes residentes.

Portanto, é este o nosso entendimento, o entendimento de que estamos aqui conscientes, e de certa maneira unidos neste propósito de pedir, e de reivindicar uma ocupação mais adequada para este local da freguesia.

--- Judite Fragoso (CDS-PP) ---

Só para dar nota de que, de facto, este texto que foi elaborado em conjunto com o PSD e com o PS, eu acho que, quanto a nós – e poderia ter sido feito de forma diferente, cada Partido poderia ter apresentado ideias semelhantes, mas acho que é de saudar, de facto, este esforço conjunto para bem da Freguesia de Belém. ??? este alinhamento de ideias na reunião que houve, na apresentação do projeto por parte da Câmara e dos Vereadores, e de toda a equipa que esteve envolvida, e, de facto, parece-nos que não é a melhor solução, que não traz melhorias para a freguesia, nem para as pessoas que gostariam de participar num programa desta natureza.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Vou aproveitar já para fazer uma observação inicial ao conjunto da reunião, porque senão perder-se-ia o momento, e depois vou já para este ponto.

Só para dizer o seguinte, e voltar novamente a insistir na nossa preocupação relativamente à decisão da Mesa da Assembleia de Freguesia, ou da Junta de Freguesia, de canalizar estas reuniões exclusivamente para o modo *online*. Aliás, esta reunião até me surpreendeu, e foi por isso que eu lhe enviei o *e-mail*, porque a reunião neste modo vem inclusivamente em contraciclo. Nós já tivemos, até agora, duas ou três reuniões realizadas presencialmente, com a presença de todos os membros da Assembleia de Freguesia, as coisas correram bem, com segurança, com tranquilidade, e por acaso surpreende-me este afunilamento nas reuniões *online*.

Volto a insistir num ponto, que estávamos a ter ainda na altura do café, volto a insistir na minha preocupação sobre o problema da exclusão digital. É muito bom termos a quantidade de vizinhos que estão a assistir a esta reunião, mas ela exclui objetivamente a participação, nem que seja de um que não tenha a possibilidade de participar digitalmente. E esse ponto preocupa-me.

Segunda questão: nós relacionamo-nos todos muito bem, com relações de amizade, de lealdade, mas nós não somos um grupo de amigos – e eu digo isto pelo seguinte: se a opção é avançar para este tipo de reuniões, então eu acho que a coisa deveria ser melhor organizada. Nós somos um órgão de poder. Por exemplo, eu agora tenho aqui duas moções que queria apresentar; eu não sei o que é que tenho que fazer. E portanto, se é para avançar nisto, então eu acho que a Junta de Freguesia terá de investir, e terá a nossa colaboração, na melhor organização neste tipo de reuniões, para que as coisas, do princípio ao fim, corram normalmente e sem problemas – e já agora, sem atrasos.

Isto era o ponto que eu tinha a dizer sobre a questão da abertura.

Sobre esta moção, eu gostaria de sublinhar o seguinte: o PCP está neste processo a 125%, nós estamos comprometidos com a discussão e com a melhor solução a 125%. Queria sublinhar que quando o processo de discussão pública, quer nos *sites* da Câmara, quer nos *sites* da Junta de Freguesia, estavam única e simplesmente a ser conduzidos para um formato *online*, mandei uns *e-mails* para o Lisboa Participa, o PCP pôs na rua dois cartazes grandes a pedir melhor e mais discussão pública – melhor e mais discussão pública. Depois, pusemos outros quatro cartazes a defender uma escola de bairro, um comércio de proximidade, melhores transportes e melhor

educação. Lamentavelmente, os cartazes foram vandalizados, foram destruídos, e eu lamento isso. Não é por essa via que nos limitarão a nossa atividade, mas lamento profundamente que quarenta e cinco anos depois de abril, ainda não tenhamos a capacidade, ou que alguém não tenha a capacidade de ouvir diferente, e de ouvir alguém que queira dizer “não”. Lamento profundamente, Sr. Presidente. Isto não é para a Assembleia de Freguesia, mas eu creio que este é um assunto importante para a Assembleia de Freguesia, porque a destruição daqueles cartazes é um crime, e é a materialização de uma atitude que pretende limitar a liberdade de expressão.

Vou pôr isso de lado, e vamos à questão da moção. Nós estamos a 125%, e nós acompanhamos o consenso generalizado que existe sobre esta matéria. Mas, nós temos a consciência de que este consenso é um consenso muito ténue, é um consenso sobre aspetos particulares do projeto. E não queremos apresentar nenhuma moção, mas depois de ouvirmos este texto, tenho uma proposta de uma moção alternativa para apresentar, e vou dizer por que é que não subscrevi esta. A não subscrição desta moção leva-me à leitura, ou à análise do parecer da Junta de Freguesia, porque a moção, de certa forma, acolhe o discurso do parecer da Junta de Freguesia – de forma mais ténue, mas acolhe o discurso do parecer da Junta de Freguesia. E eu gostava de ler dois pontos do parecer da Junta de Freguesia.

“Ponto prévio: a Junta de Freguesia de Belém é favorável a uma utilização harmoniosa dos solos, tendo em conta as necessidades da comunidade, o equilíbrio com a natureza e a aplicação das melhores práticas urbanísticas. A Junta de Freguesia é totalmente favorável a políticas de habitação que permitam a integração dos mais desfavorecidos, a resposta às famílias dos diversos extratos socioeconómicos, a proteção de vítimas, e a procura de soluções humanizadas para o envelhecimento.” Isto é o princípio da Junta.

Primeiro ponto da conclusão do parecer da Junta: *“A Junta de Freguesia emite o seguinte parecer: perante a gritante falta de equipamentos sociais da Freguesia de Belém, afigura-se como prioritária a construção nos terrenos em causa de berçários e creches, residências seniores, equipamentos desportivos, corredor verde, zona comercial.”*

Onde é que está a habitação? Onde é que está a habitação acessível? Onde é que está, neste parecer, a análise sobre a evolução demográfica que a freguesia teve nos últimos trinta anos, que sofreu uma redução de 25% da população de 1991? Onde é que está a análise do mercado imobiliário, que coloca a freguesia como uma das freguesias mais caras de Lisboa, onde o preço do metro quadrado mais cresce, e de forma mais acentuada do que o preço do metro quadrado em Lisboa? Em conclusão, onde é que está a preocupação da Junta de Freguesia com o mais importante problema social que a freguesia verifica, o problema do acesso à habitação dos jovens e das famílias de rendimentos intermédios?

É curioso que a Junta de Freguesia diz que quer a integração e a proteção dos mais desfavorecidos. Na primeira hipótese, descarrilou. O parecer da Junta de Freguesia diz assim: se fosse da nossa opção, este projeto não tinha habitação, nem habitação acessível. Esta é a questão fundamental, e este é o fator de destruição do consenso. Por quê este ponto? É este ponto que parte o consenso.

De certa forma, esta leitura, esta abordagem a este problema, e esta abordagem a este projeto transparece para o texto da moção. Cá está, a Câmara Municipal deveria equacionar edificar nestes terrenos ainda mais espaços verdes, mais equipamentos sociais, mais zona comercial, mais corredor verde. Então, e a habitação? Onde é que está a força da habitação? Onde é que está a força a que este projeto não pode fugir, não pode passar ao lado do problema da habitação na freguesia, e que a solução alternativa a este projeto não pode excluir a solução de habitação.

E depois, até no décimo parágrafo, vem com esta formulação: *“Resulta claro que da análise de toda a informação disponível e partilhada, a edificação pela Câmara Municipal destes projetos não poderá avançar sem colocar em causa a vida comunitária, e ainda que a Câmara Municipal mantenha a intenção da edificação...”* Então, qual é o problema?

Sr. Presidente, a questão é a seguinte: nós temos que ter, e a Assembleia de Freguesia tem uma particular responsabilidade, a Assembleia de Freguesia tem que ter a sensibilidade política e social necessária para conduzir este processo de forma a que leve à unanimidade de posições. Eu não subscrevo uma moção que acolhe a interpretação da Junta, porque a interpretação da Junta não dá resposta à questão da habitação.

E neste sentido, Sr. Presidente, tomei a liberdade de, após ter conhecimento desta moção, de elaborar um texto muito simples, de uma moção alternativa, e que gostaria de pôr também à consideração da Assembleia de Freguesia, se me desse oportunidade para isso.

--- Presidente da Mesa ---

Josué Caldeira, como sabe – e penso que sobre isso não tem a menor dúvida – o funcionamento da Assembleia é rigorosamente democrático. E portanto, pretendendo o Josué Caldeira, como eleito do PCP, apresentar um texto de moção alternativo, eu vou dar-lhe, obviamente – ainda que o seu tempo de intervenção seja já maior, mas não é isso que está em causa – vou dar-lhe o mesmo direito que dei ao porta-voz, nesta reunião, do Partido Social Democrata – que, no caso, foi porta-voz de três Partidos que subscreveram a moção (PSD, PS e CDS) – vou dar-lhe o mesmo direito, que é o de ler o seu texto, como é evidente.

E quero, desde já, independentemente de outras considerações, dizer-lhe que eu próprio lhe dei razão num ponto: é que este método é um método que tem vantagens e desvantagens – já lhe poderei explicar, depois, por que é que foi entendimento da Junta, e articuladamente comigo, seguirmos este método – mas, tem uma dificuldade, que é a impossibilidade de distribuição dos documentos, a não ser que eu tivesse acesso aos documentos antes. Fica mais difícil. Talvez seja só dificuldade da minha parte, mas há maneira de partilhar também, através do próprio *chat*, isso se assim entenderem.

De qualquer forma, eu pedia-lhe que lesse, com uma leitura perceptível para todos, com o cuidado que pedi também ao Fernando Magarreiro, que lesse de uma forma para que fosse do conhecimento de todos. E obviamente que sendo a moção, como o próprio Josué Caldeira nos disse, alternativa, será votada em alternativa, não vejo outra forma de ser. E as pessoas votarão,

ou na moção que já foi apresentada pelo Fernando Magarreiro, ou na moção que o Josué Caldeira quer apresentar agora. Penso que é assim que é democrático se proceder.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sr. Presidente, eu não faço questão nenhuma – aliás, por isso não preparei nenhuma moção sobre este tema – eu não quero vincar, não quero destacar, em qualquer sentido, a posição e o posicionamento do PCP sobre esta matéria, neste quadro institucional, não é nossa intenção; volto a insistir, nós estamos a 125% neste processo, e queremos que isto corra bem. E portanto, não faço questão nenhuma de esta moção vir a ser apenas assinada por mim.

Eu vou passar a ler o texto da moção, que é muito curta:

Moção

“A Assembleia de Freguesia de Belém reconhece o problema do acesso à habitação que a cidade de Lisboa está a atravessar há já largos anos, problema que afeta com particular destaque famílias jovens e famílias de rendimentos intermédios.

A Assembleia de Freguesia reconhece que o Programa Renda Acessível, de iniciativa municipal, constitui um contributo positivo para a resolução do problema de acesso a habitação na cidade de Lisboa.

A Assembleia de Freguesia reconhece e acompanha o elevado nível de contestação da população relativamente aos projetos urbanísticos previstos para o Alto do Restelo, no âmbito do Programa PRA.

A Assembleia de Freguesia considera particularmente gravosas, designadamente, as propostas dos projetos de loteamento no domínio da volumetria dos edifícios e do índice de construção, no domínio do trânsito e do estacionamento, no domínio do sistema de vistas, e também no domínio da área comercial prevista.

Assim, a Assembleia de Freguesia, reunida em sessão ordinária de dia 6 de abril, solicita que no quadro do processo de apreciação e discussão pública em curso, a Câmara Municipal proceda a uma revisão com carácter estrutural do projeto em discussão; exorta a Câmara Municipal a implementar um processo de diálogo com os órgãos autárquicos locais e com as associações de moradores e grupos de moradores, com vista a discutir e definir as melhores formas de rever o projeto urbanístico, dando uma adequada resposta às preocupações e expectativas das populações envolvidas.”

--- Presidente da Mesa ---

Eu sei que existe ainda uma outra moção relacionada com este tema, a ser apresentada também pelo Fernando Magarreiro, que é uma moção relativa ao próprio parecer da Junta, que aqui já foi referido – embora a moção não tenha sido apresentada, essa outra moção.

Em relação a este ponto, e em relação àquilo que nos disse o Josué Caldeira, é evidente que o dono da moção é o Josué Caldeira, por assim dizer – ou seja, foi quem a apresentou, e quem decide do seu destino. Eu, sinceramente, pela apresentação que fez agora – e ouvi atentamente a sua leitura – fiquei com a ideia, enquanto Presidente da Mesa, que a moção não é forçosamente alternativa – ou seja, não é alternativa no sentido de que, sendo aprovada uma, estaria automaticamente prejudicada a outra. E nesse sentido, eu penso que poderemos pôr à votação uma, e depois pôr à votação a outra, por assim dizer. De resto, pelo que ouvi da sua leitura, fiquei até com a ideia de que a moção tem alguns pontos comuns, ainda que a abordagem e a leitura política que é feita sejam diferentes da moção anterior.

E portanto, se calhar, se o Fernando Magarreiro estivesse de acordo, nós votaríamos já estas duas moções, e depois daria a palavra, a seguir, ao Fernando para a outra moção, que tem a ver com o parecer da Junta de Freguesia.

--- Pedro Rodrigues (PS) ---

Sr. Presidente, eu só quero que haja aqui um esclarecimento, e que seja inequívoco, até porque estão aqui também fregueses a assistir. A moção apresentada conjuntamente pelo PSD, pelo CDS e pelo Partido Socialista evoca e mostra a necessidade da habitação, através do formato que foi apresentado pela Câmara Municipal de Lisboa, através do formato de uma renda acessível. Em lado algum está dito que não é esse o entendimento.

Eu queria que ficasse claramente esclarecido, e penso que o Josué também compreenderá isso, o Josué leu partes do documento, mas, pelo contrário, e aliás, começamos logo por dizer que não somos contra. O que dizemos é que para além daquilo que é apresentado ao nível da habitação, achamos que é mais necessário ainda mais complemento da rede de serviços e equipamentos, mais complemento ao nível das infraestruturas e mais complemento a nível daquilo que é o comércio de rua, e nomeadamente da componente de espaço público, nomeadamente também jardins. Talvez tenha percebido mal o Josué Caldeira, mas em ponto algum estamos a não considerar a habitação como algo prioritário para o Alto do Restelo.

E portanto, era só um esclarecimento, porque talvez assim o Josué Caldeira até consiga também votar na nossa, porque também não conseguimos perceber por que é que, na realidade, há uma diferença tão grande entre as duas moções, de forma a que até não houvesse a possibilidade de a integrar, ao nível de uma posição mais conjunta. E isso não tem algo nem de negativo, nem de positivo, mas seria diferente.

Nesse sentido, era só esse esclarecimento que eu queria dar à Assembleia, e agradeço, Sr. Presidente da Assembleia, por me ter dado a palavra, porque acho que era fundamental, antes da votação, haver este esclarecimento.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

São convergentes, nós assumimos que ambas as moções são convergentes na sua génese. Depois, são particularidades que as distinguem.

--- Presidente da Mesa ---

Eu não tinha insistido neste ponto que o Sr. Arq.º Pedro Rodrigues falou agora, por uma razão muito simples, que é a de que, da leitura das moções, isso resultava claro. Depois, o que cada um entende como a sua interpretação política, isso cabe na liberdade e no exercício normal das forças políticas que têm, obviamente, como forças políticas que são, leituras diferentes sobre as coisas. Mas, da leitura, quer da moção do PSD, PS e CDS, quer da leitura da moção do PCP, do Josué Caldeira, eu acho que ficou muito claro o que é que cada uma das moções dizia. Mas, obviamente que o sublinhar e o referir agora não se perdeu por isso.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Eu só queria corroborar um pouco daquilo que o Pedro Rodrigues agora também mencionou. Em lado algum, esta moção não aborda a questão da habitação, que é para nós importante. É claro que a Assembleia tem demonstrado que este Programa de Renda Acessível é completamente partilhado por esta Assembleia, em caso algum está colocada em causa a habitação. O que nós aqui queremos colocar é que para além da habitação, precisamos de outro tipo de equipamentos. É isso que se quis dizer, não ter só habitação, mas ter algo que possa conjugar com tudo.

E por isso é que eu acho que a moção do PCP até parece colidir um pouco com esta, parece-me um pouco como uma alternativa política, do que uma alternativa de convergência. E por isso, espanta-me um pouco a moção que o Josué apresenta, porque não é nada mais do que aquilo que esta moção já disse, e mais, e peca por alguns pontos importantes que nesta moção são ditos, e na sua, por ser reduzida, não são ditos, como é a questão da avaliação do impacto ambiental, que quanto a nós, é muito importante saber a questão dos impactos ambientais, que a sua não aborda.

Por isso, eu continuo a dizer, acho eu que o PCP se revê, na minha perspetiva, mas daquilo que o Josué diz, parece-me a mim que a sua posição é também acolhida nesta moção apresentada pelo PSD, pelo PS e pelo CDS, e que acho que deveria, então, perante a sua moção, recolher o seu apoio.

- Moção "Projetos de Loteamento 7URB2020 e 8URB2020 do Alto do Restelo" (PSD, CDS-PP, PS). *Colocado a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PS, e a abstenção do PCP.* -----

- Moção apresentada por Josué Caldeira (PCP). *Colocada a votação, foi a mesma rejeitada, com os votos contra do PSD, os votos favoráveis do PS e PCP, as abstenções do CDS-PP.* -----

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Esta moção é muito simples. Perante a disponibilização, hoje, do parecer final da Junta de Freguesia sobre os loteamentos, e o trabalho que foi feito com grande mérito, com grande profundidade, da nossa perspetiva, entendemos que devemos demonstrar o total apoio e solidariedade, junto com este parecer, relativamente à proposta do loteamento do Alto do Restelo.

Moção – “Apoio ao parecer da Junta de Freguesia sobre a proposta do Loteamento do Alto do Restelo”

“A Assembleia de Freguesia de Belém, reunida em sessão ordinária de 6 de abril de 2021, demonstra o seu total apoio e solidariedade ao parecer da Junta de Freguesia de Belém, relativo à proposta de loteamento do Alto do Restelo da Câmara Municipal de Lisboa, em anexo.

Belém, 6 de abril de 2021.”

--- João Carvalhosa (Vogal) ---

Eu falo, não pelo PSD, mas pelo Executivo, só para dar aqui uma nota àquilo que o Josué há bocado comentou, sobre o parecer da Junta de Freguesia, que não considera a habitação como um problema prioritário. De todo, não é isso que está no parecer que a Junta elaborou; pelo contrário, o que a Junta até refere é que existem várias habitações municipais que estão devolutas, que estão vazias na nossa freguesia, e que essa é que devia ser a prioridade de qualquer atuação ao nível do Município. Não faz sentido nós termos casas fechadas, propriedade do Município, e estarmos a dar primazia e total via verde a um projeto de construção nova.

Portanto, não vamos confundir as coisas, acho que confundir as coisas não é totalmente honesto. Em nenhuma parte do parecer – e o parecer foi público, já foi publicado, este segundo parecer que teve o contributo de muitos fregueses que estiveram naquela sessão de esclarecimento, há uns dias atrás, está enriquecido com esses contributos, mas a lógica não sai do que foi a primeira versão do parecer. E portanto, qualquer pessoa não encontra no parecer qualquer referência negativa, ou qualquer pouca importância dada à questão da habitação, pelo contrário.

Josué, eu percebo que a política, às vezes, nos leva a dizer estas coisas, mas lamento dizer que não é verdade aquilo que disse, que há qualquer linha no parecer que desvalorize o problema da habitação na nossa freguesia.

--- Teresa Almeida (PS) ---

Nós achamos que esta moção, neste momento, é extemporânea, a audição pública ainda não terminou, pelo que iremos votar contra.

--- Presidente da Mesa ---

Neste caso, queria só dizer, não como Presidente da Assembleia, mas como eleito do CDS, que nós subscrevemos esta moção, que em primeira mão foi preparada pelo PSD, pelo Fernando Magarreiro, e que o fazemos porque consideramos, nesta matéria – e há uma coisa até que eu gostaria de dizer, que tem a ver até com a parte inicial desta reunião – que todas as diligências, com argumentos diferentes, com opiniões diferentes, com sensibilidades diferentes, mas todas as diligências que são tomadas, críticas deste projeto, que é um projeto errado, de excessiva densidade, de pouca previsão, é inadequado inclusivamente – alguém falava há pouco daquilo que é a modernidade, e uma forma moderna ??? eu acho que esse é o primeiro erro deste projeto, é que, hoje em dia, o que se pretende numa visão moderna para as cidades, e o que está inclusivamente nos documentos, não só da Câmara, mas do próprio Governo, sobre a matéria, é

a reabilitação, e não a construção em altura. E portanto, basicamente o que se defende hoje em dia é mais reabilitação, menos construção em altura, e não termos excesso de densidade. Alguém chamava à atenção que, seja-se a favor, ou não, do PRA, a verdade é que 30% do PRA ficaria concentrado nesta freguesia, aumentando em 15% a sua população. É, no meu ponto de vista, e em muitos pontos de vista que temos ouvido, desarrazoado.

Agora, as críticas podem ser várias, eu compreendo que se diga que a componente de habitação é muito importante, sim, mas eu também não tenho problema nenhum com quem disser que o que quer mesmo é um jardim. Também não vejo nenhum problema nisso, e não acho que os moradores em geral vejam algum problema nisso, ainda que possamos reconhecer politicamente que a ideia do aproveitamento daquele terreno para que haja habitação, numa componente razoável, sem excesso de densidade, sem pôr em causa a qualidade de vida dos que cá vivem, e dos que para cá queriam vir viver, pode fazer sentido.

E portanto, os diferentes pontos de vista e as diferentes abordagens são, quase todas elas – pelo menos as que eu conheço – críticas. E vemos uma Assembleia de Freguesia, onde estão forças políticas tão diferentes, como o PCP, representado pelo Josué Caldeira, e o CDS, representado por mim, entre outros. No entanto, a abordagem não deixa de ser crítica, obviamente com pontos de vista diferentes.

E é nesse sentido que nós subscrevemos esta moção, e é nesse sentido que votaremos favoravelmente esta moção, porque pensamos sinceramente que a Junta de Freguesia fez um bom trabalho, trabalho que também, e gostava aqui de dizer isto – e não estou a falar como Presidente da Assembleia, estou a falar como eleito do CDS – trabalho que não conflituava, na minha opinião, em nada com aquilo que é o trabalho que tem sido feito por iniciativas de cidadãos – e ainda hoje, aqui no início da reunião, ouvimos um representante de uma associação de moradores e de vizinhos dar nota de uma petição, que, realmente, em poucos dias tem uns milhares de assinaturas. Eu acho que isso é positivo, acho que são abordagens diferentes, mas acho que são abordagens que farão provavelmente quem decide, do lado municipal, repensar o que está em causa, e eventualmente chegar a uma solução mais moderada e mais equilibrada.

Creio que está feito o ponto de vista do CDS.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Deixe-me só começar por dizer, para refutar totalmente a expressão em passagem que o João Carvalhosa disse, que às vezes a política leva-nos a dizer algumas coisas. Eu não sei qual é o sentido, e qual é a posição e a ideia que o João Carvalhosa tem do trabalho político – e ele é um homem que está há imenso tempo comprometido com este trabalho, e se calhar não pensou naquilo que disse.

Eu só lhe quero dizer, João Carvalhosa, que é por eu ser, neste caso, um político, que disse aquilo que disse. E eu disse as coisas da forma como disse porque penso, como cidadão, e penso como político. Eu não tenho problema nenhum de estar na vida política e de emitir opiniões políticas. Eu ganhei pessoalmente com a minha participação política, e não tenho qualquer problema, e não

tenho qualquer análise dicotómica entre as opiniões dos políticos e as opiniões dos não políticos. Isso só contamina o debate político, é fruta da época, é muito perigoso, e eu acho que todos nós devíamos ter alguma cautela quando utilizamos esse tipo de expressão como arma de arremesso – “o Josué disse aquilo, pronto, foi um comentário político, lá tem que fazer um jeito ao Partido”, não, não é assim. Queria dizer isto muito claramente.

Sr. Presidente, a discussão desta proposta, deste parecer da Junta, permite-nos perceber muito melhor aquilo que, há pouco, estávamos a dizer. O mal daquele parecer é o que está nas entrelinhas. O diabo está nos pormenores, está nos detalhes. Vamos lá ver, arrumar problemas: o PRA Restelo tem 30% do PRA de Lisboa: o PRA Restelo tem 30% do PRA de Lisboa porque o PRA de Lisboa tem poucas habitações. O PRA de Lisboa não devia ter seis mil; o PRA de Lisboa devia ter vinte e cinco mil habitações. E aí, o PRA Restelo já não tinha os 30%; teria, se calhar, 5%, ou 7%. Portanto, este argumento que está no parecer, e que está na moção, não vale.

A ideia lançada pelo João Carvalhosa, de que o Município tem muitos imóveis – tem muitos imóveis? Não, não tem. Os imóveis que o Município tem, quer na freguesia, quer na cidade de Lisboa, obviamente que devem ser reabilitados e postos no mercado de habitação acessível, mas o número destes imóveis não resolve o problema, não resolve o problema da carência habitacional em Lisboa. É preciso nova construção, ponto final. E pôr uma coisa em contraposição com a outra é um erro que, obviamente, tem uma intenção política.

E portanto, há bocadinho, o João Carvalhosa dizia para não confundirmos as coisas. Então, não confundimos as coisas, vamos ler o parecer. Eu vou reler o ponto que, há pouco, estava a dizer, que há bocadinho li, que é o primeiro ponto dos dois pontos da conclusão: *“Perante a gritante falta de equipamentos sociais na Freguesia de Belém, afigura-se como prioritária a construção nos terrenos em causa de berçários e creches, de residências seniores com pendor comunitário, de equipamentos desportivos, construção de um corredor verde e zona comercial.”*

Eu pergunto: onde é que está aqui a assunção, de imediato, por parte da Junta de Freguesia, em que a solução alternativa para este projeto tem obrigatoriamente de contemplar habitação, e habitação acessível? Onde é que está? Não está, porque é opção da Junta, e é opção certamente do PSD e do CDS, não meterem aqui habitação acessível, ponto final, Sr. Presidente e Srs. Membros da Assembleia de Freguesia. É isto que está no texto. Se assim não fosse, a formulação deste ponto tinha que ser uma coisa qualquer muito diferente, teria que dizer que a solução alternativa tem que acolher habitação acessível, e depois isto tudo.

Mas, isto não é uma falha, isto não foi uma quebra de memória; não, é uma opção, e a opção central da Junta de Freguesia. É uma opção central da Junta de Freguesia relativamente a este problema. Volto a insistir, é por isso que o parecer – obviamente, eu subscrevo o trabalho todo que foi desenvolvido, e inclusivamente me revejo na revisão que foi feita agora, neste parecer final, de questões que nós próprios colocámos, nomeadamente naquilo que dizia respeito à área comercial, mas não é por acaso que isto acontece, e não é por acaso que a freguesia não faz uma análise do mercado imobiliário, e daquilo que aconteceu à saída daqueles que saíram e à entrada daqueles que entraram, porque o mercado imobiliário da freguesia não tem estado parado. É óbvio

que ele tem excluído pessoas, mas tem atraído outras pessoas. Por quê? Porque a freguesia crescentemente está a criar – e isto é uma coisa que acontece da Ponte 25 de Abril para cá, a quantidade de grandes empreendimentos imobiliários de luxo, que estão a transformar estas três freguesias, Alcântara, Ajuda e Belém, em enclaves para pessoas de alto rendimento. Não há alternativa a isto, e o parecer não dá alternativa a esta questão.

É este o ponto fundamental. Não vale a pena aqui falarmos de creches, ou de outros equipamentos; o problema é o problema da habitação, qual é a posição da Junta de Freguesia relativamente ao problema da habitação na freguesia. E este parecer não lhe dá resposta.

--- João Carvalhosa (Vogal) ---

Josué Caldeira, vamos lá ver uma coisa, o parecer diz respeito ao projeto de loteamento que foi proposto pela Câmara, é sobre isso. E o parecer não diz respeito a se a Câmara deveria construir na cidade mais não sei quantos mil fogos, ou menos não sei quantos mil fogos. Aliás, o parecer diz lá, no seu início, que concorda com o Programa de Renda Acessível, que não tem nada contra isso, pelo contrário, apoia, a Junta apoia, e o Sr. Presidente da Junta também já disse várias vezes isso, até na sessão que todos tivemos, que apoia, e todos nós apoiamos programas de renda acessível.

E quando eu digo que os políticos às vezes têm estas coisas, é porque o Josué está a dizer uma coisa que nós não dissemos, que não está no parecer, e portanto, não é verdade. E portanto, se não está no parecer, o Josué, se está a inferir, se está a deduzir coisas, é uma interpretação sua, não está lá nada escrito sobre aquilo que o Josué disse.

E portanto, eu acho que é bom, e nós estamos a focar-nos sobre estes dois projetos de loteamento, ou um projeto de loteamento dividido em dois, não nos estamos a focar sobre o resto.

Segunda nota que eu queria dar – e aí, vai-me desculpar, Josué, mas nós teremos mais dados do que o Josué para falar sobre isso, sobre a questão dos problemas sociais da freguesia – e, de facto, existem múltiplos problemas sociais na freguesia para além da habitação. A habitação é, obviamente, um problema importante, é um problema relevante, mas eu digo-lhe que, se calhar, a falta de equipamentos para seniores, para os nossos pais, para os nossos avós, que têm um centro de dia que é uma sala em Caselas, é o único equipamento de seniores que existe na freguesia, quando nós temos uma população absolutamente envelhecida, e estar a dizer que isto não é um problema, ou estar a dizer que a habitação, de repente, é o maior problema da freguesia, desculpe, mas não é verdade. Nós temos problemas de habitação na freguesia? Sim. Temos uma entidade na cidade que é responsável pela gestão da habitação, por dar resposta aos casos sociais de habitação? Sim, chama-se Câmara Municipal de Lisboa. Portanto, não vamos estar aqui a misturar a política toda da Câmara, e a política do país, num parecer que é sobre um loteamento dividido em dois.

E por isso é que eu peço que não ponha palavras na nossa boca que não existem, e que nem estão no parecer, e que qualquer pessoa que ler o parecer vai ver que o que o Josué está a dizer não está lá escrito. Eu acho que é importante ficar claro.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sr. Presidente, este discurso e esta posição, no mundo anglo-saxónico, tem uma designação: “*not in my backyard*”. O problema existe, mas não o resolvam no meu quintal. “Não no meu quintal”, é o que diz o Ponto n.º 1 do parecer da Junta de Freguesia.

- Moção “Apoio ao parecer da Junta de Freguesia sobre a proposta do Loteamento do Alto do Restelo” (PSD e CDS-PP). *Colocada a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com os votos favoráveis do PSD e CDS-PP, e os votos contra do PS e PCP.* -----

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sr. Presidente, eu mandei-lhe por *e-mail* um voto de congratulação que queria apresentar, e é um voto de congratulação sobre a aprovação, na Câmara Municipal de Lisboa, de uma operação integrada de recuperação, qualificação e valorização dos moinhos de vento da cidade de Lisboa. O voto é longo; dado o adiantado da hora, não o vou ler na íntegra, mas lia algumas passagens.

“A Câmara Municipal de Lisboa aprovou, na passada reunião de 16 de março, com uma votação que reuniu a unanimidade dos Vereadores, a proposta apresentada pelos Vereadores do PCP e subscrita por todas as forças políticas, com vista à definição e implementação de uma operação integrada para a recuperação e valorização dos moinhos de vento da cidade de Lisboa.

A operação, a concretizar num período máximo de cinco anos, prevê a realização de um plano integrado de recuperação dos moinhos, e de acordo com a deliberação da Câmara Municipal, a conceção e a implementação da operação integrada será concretizada no quadro de uma parceria envolvendo entidades relevantes para o desenvolvimento operacional, científico e tecnológico da operação, designadamente a Rede Portuguesa de Moinhos e o Museu Nacional de Etnologia. A parceria a constituir para a conceção da implementação da operação deve ainda integrar as Juntas de Freguesia onde se localizam os moinhos.

A operação integrada atribui um lugar destacado aos Moinhos de Vento de Santana, localizados no Parque Urbano dos Moinhos de Santana, na nossa freguesia. A deliberação prevê a criação, em moldes a definir, de um equipamento de interpretação e de animação do património dos moinhos de vento da cidade. A deliberação estabelece ainda a recuperação integral dos dois moinhos, para que estes voltem a funcionar na sua plenitude, bem como a contratação de um moleiro, ou de um animador de moinho. Esta recuperação integral deve atender às recentes obras de recuperação parcial a que foram sujeitos pela Junta de Freguesia de Belém.

A Direção Municipal de Cultura submeterá à aprovação da Câmara Municipal uma proposta da estrutura de gestão do património abrangido por esta operação integrada. Competirá a esta estrutura assegurar a gestão e a dinamização dos moinhos de vento, designadamente através de processos participativos, envolvendo as Juntas de Freguesia, as comunidades locais e a população escolar.

Neste sentido, consideramos que a deliberação da Câmara Municipal sobre esta operação integrada é uma boa notícia para a cidade, e é também uma boa notícia para a freguesia, pela relevância que dá aos Moinhos de Santana, no quadro do programa de interpretação e animação do património dos moinhos de vento da cidade de Lisboa, e tem uma muito importante relevância cultural e patrimonial para a Freguesia de Belém, relevância que resulta também da localização na freguesia do Museu Nacional de Etnologia, que acolhe um vastíssimo acervo de conhecimento científico sobre este património, e que deve ser mobilizado na dinamização cultural e patrimonial de toda a rede de moinhos da cidade de Lisboa.

Com esta deliberação, a Freguesia de Belém ganha claramente uma posição destacada na defesa, valorização e promoção do conhecimento sobre este importante património de Lisboa.

Assim, a Assembleia de Freguesia, reunida na sessão ordinária, saúda a decisão unânime da Câmara Municipal de definir e implementar esta operação integrada, e exorta a Junta de Freguesia de Belém a cooperar ativamente com a Câmara Municipal no sentido da boa condução dos trabalhos de conceção e implementação da operação integrada.”

--- Presidente do Executivo ---

Vamos lá ver, geralmente não comento afirmações do PCP, não vale a pena. Sou democrata, registo apenas e fico atento sempre, para os devidos efeitos. Foi isso a que me habituei desde sempre, estamos numa democracia, eles beneficiam dela, e tudo bem. Mas, de qualquer forma, fica sempre o registo, porque temos de ouvir coisas que, de facto, quem já conhece essa maneira de atuar, como eu já conheço, desde o 25 de abril de 1974, ??? até ao 25 de novembro de 1975, sabe como é que essas coisas são.

Bem, de qualquer forma, o que eu queria dizer era o seguinte: este parecer que está aqui feito, é evidente que não é nada contra a construção de habitação, nem contra o PRA. Aliás, a este respeito, era bom ver o que se está a passar com aquela estranha operação feita pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa no referente à Mansarda, na Rua Gonçalo Velho Cabral, onde estavam previstos serem construídos edifícios no âmbito do PRA, e que depois, à última da hora, foi abortado, e grande parte desses fogos saíram desse sítio da Gonçalo Velho Cabral, e depois subiram em altura nesse edifício, onde estava, de facto, um projeto do Arq.º Manuel Salgado, bastante equilibrado, que tinha essa zona comercial por baixo, e uns quatro ou cinco andares por cima, com residências para população naquela zona. Esse projeto estava aqui no âmbito do “Uma praça em cada bairro”, previsto para essa zona, e estava condizente com a futura Unidade de Saúde Familiar do Restelo, e não se tinha que se mexer na rotunda de S. Francisco Xavier, nem nada. Esta loucura deste projeto é um pouco consequência dessa estranha operação da Mansarda, na Rua Gonçalo Velho Cabral. Não vamos esquecer isto.

Por isso mesmo é que eu acho muito estranho estar a dizer que nós somos contra coisas que não somos, é falso, só que o caso era gritante – gritante, quer dizer, uma coisa muito importante, que é muito nociva neste momento, não haver equipamentos sociais na nossa freguesia, para as pessoas que já cá estão neste momento, e ainda vamos enfiar outras pessoas aqui dentro. Não é bom para ninguém. Por isso mesmo é que priorizamos, primeiro, os tais equipamentos, e depois,

com estes equipamentos, já podemos ter mais habitação. Nós até somos favoráveis à habitação, nos termos que estão aqui referidos. Portanto, não venham agora atirar essas coisas – eu já conheço o PCP, sei que é assim, atira coisas por atirar, mas não nos façam parecer tolos, porque tolos nós não somos. E estamos numa democracia, temos que nos ouvir a todos, e a vocês também, nomeadamente, Partido Comunista, mas tenham calma, não abusem da nossa paciência, porque, de facto, há limites para dizer o que queremos fazer, e o que não queremos fazer, e o que está nas entrelinhas. Quer dizer, vamos acabar com essa conversa, já foi o 25 de novembro de 1975.

- Voto de congratulação (PCP). *Colocada a votação, foi a mesma rejeitada, com os votos contra do PSD, os votos favoráveis do PS e PCP, e as abstenções do CDS-PP, com o voto de qualidade do Presidente da Mesa.* -----

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Votamos contra pela forma como foi apresentado, acho este voto uma manifestação política, mais do que de construção. E atendendo a que não tínhamos conhecimento desta situação que foi apresentada, foi apresentada desta forma, sem ter nenhuma base para poder avaliar, e percebendo que há uma certa intenção política neste voto, o PSD não pode votar a favor deste voto.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sr. Presidente, eu não vou ler o que tinha para ler, é uma declaração para a ata, uma declaração que faz uma crítica ao insólito comportamento do Sr. Presidente da Junta de Freguesia no encerramento da última reunião da Assembleia de Freguesia, quando depois de termos passado uma parte significativa da reunião a discutir os documentos previsionais para o ano de 2021 – isto é, o Orçamento e o Plano de Atividades – e onde nós chamámos à atenção para a inexistência de informação sobre os contratos de delegação de competências – aliás, tema que foi referido por uma das freguesas que falou na abertura da sessão – o Sr. Presidente e o Executivo apenas disponibilizaram a informação suficiente para uma avaliação por parte da Assembleia de Freguesia sobre esta matéria já depois de o último ponto da ordem de trabalhos estar a decorrer, e já a caminho do encerramento da sessão, fazendo nesta questão da análise dos contratos de delegação de competências e conseguindo um efeito notável: a Assembleia de Freguesia de Belém não teve nenhuma oportunidade, por falta de informação prestada pela Junta, nenhuma oportunidade para discutir, em concreto, os projetos concretos que a Junta de Freguesia negociou, e bem, e articulou-se com a Câmara Municipal, a desenvolver no âmbito do novo contrato de delegação de competências, contrato esse que mobiliza um financiamento de 1.100.000€.

Volto a insistir neste ponto: a Assembleia de Freguesia não teve nenhum momento para discutir, em concreto, os projetos integrados no contrato de delegação de competências, e na última sessão, onde havia essa oportunidade para o fazer, também fomos limitados por via da falta de informação fornecida pelo Presidente da Junta.

Não vou ler a declaração, Sr. Presidente, vou enviar, agradeço que a ponha como anexo à ata.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Só fazer um pequeno comentário. Esta declaração que o nosso colega de Assembleia de Freguesia, Josué Caldeira, quer apresentar, e que fique apenas à ata, isto é uma declaração que o PSD entende que não leu, não a entende, e eu entendo que não deve ficar apenas à ata sem saber do que se trata. Acho que não deve ser equacionado dessa forma. Uma ata é uma coisa que fica para futuro, e ficar uma coisa apenas sem ser discutida previamente, sem ser entendida pelos outros Partidos – não sei, também lhe confesso esta minha ignorância nesta parte, porque no Regimento e no regulamento da Assembleia de Freguesia, nada disto está previsto, porque isto são tudo situações novas. Mas, acho que esta declaração não pode ficar desta forma apenas, sem haver um conhecimento da mesma. A menos que o Josué nos envie, para todos os membros, e que seja apensada mais tarde, mas não pode ficar logo, na nossa perspetiva, apenas à ata. É a opinião do PSD.

--- Presidente da Mesa ---

Respeito a opinião do PSD e do Fernando Magarreiro nesta matéria, mas, do meu ponto de vista, o que não está previsto em termos regimentais ou regulamentares tem que ser interpretado, e compete à Mesa, na minha opinião, interpretar. Eu interpretei, de alguma forma, a declaração do membro do PCP, Josué Caldeira, como sendo o mais equivalente, ou parecido, com o que poderia ser, ou um protesto, ou uma declaração de voto, por assim dizer, sobre matéria tratada anteriormente.

Fazendo o paralelo com outras Assembleias onde eu tenho tido ocasião de participar, este tipo de matérias – uma declaração de voto, ou uma declaração de protesto – é entregue à Mesa, a Mesa toma nota dela, e entra nos documentos oficiais, e só o próprio que a assina é responsável por ela. E portanto, eu creio que é assim que devo interpretar. Se qualquer um dos membros da Assembleia entender dizer que em relação ao ponto tal, vai enviar um protesto, ou vai enviar uma declaração, é evidente que na ata constará que deu entrada o seguinte protesto, ou a seguinte declaração, e automaticamente ficará apenas à ata.

Esta é a minha decisão, enquanto Presidente da Mesa. Se alguém não concordar, poderá, obviamente, recorrer desta minha decisão, e eu porei a minha decisão à votação do plenário. Mas, não tendo regra explícita sobre esta matéria, ou não tendo eu conhecimento dela, a minha interpretação é esta: se algum membro da Assembleia quiser, em alguma circunstância, fazer um protesto, apresentar uma declaração de voto por escrito, ou seja o que for, poderá fazê-lo, e a Mesa automaticamente fará com que seja incluída e apenas à ata.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Então, o PSD entende que não deve ser chamada de declaração, mas devia ser feita uma intenção, ou um protesto, algo que seja visivelmente aceite como algo que é declaradamente de uma facção política que pretende apresentar, e não é uma declaração. Devemos chamar o nome correto, que é um protesto, ou uma intenção de voto, o que seja, relativamente ao que apresentou o Josué Caldeira.

--- Presidente da Mesa ---

É uma declaração escrita do próprio, em representação do PCP, sobre uma determinada matéria. Foi assim que eu interpretei, que só responsabiliza o próprio e o PCP, e mais ninguém, e que fica unicamente em ata.

Fernando Magarreiro, sendo claro na interpretação que eu faço, muitas vezes, por exemplo, as declarações de voto que são feitas no Parlamento do país, normalmente são por escrito, o que poupa até imenso trabalho, porque quem quer fazer a declaração, faz, ela fica apensa, fica escrita, é do conhecimento de quem quiser, o próprio PCP pode divulgá-la, e poupa-nos até ao trabalho de termos permanentemente declarações sobre matéria que acabámos de discutir ou de votar.

E é nesse sentido, a declaração não responsabiliza a Assembleia, não é uma declaração da Assembleia de Freguesia; é uma declaração do eleito do PCP na Assembleia de Freguesia sobre uma determinada matéria, ou sobre a leitura que o próprio faz de uma determinada matéria, que ficará assim assinada pelo Josué Caldeira, e o Presidente da Mesa dará entrada, porque recebeu o documento, e obviamente, recebendo o documento, o documento tem que dar entrada, e tem que ter conhecimento, e tem que ser conhecido por todos. Acho que é uma questão sobre a interpretação da natureza do documento, mas penso que assim estaremos de acordo.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Sr. Presidente, da forma como colocou a questão, o PSD está de acordo.

PONTO 2 – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2020

--- Presidente do Executivo ---

Sr. Presidente, neste momento, a situação é essa que está aí, que nós apresentámos. É nesta Assembleia que temos que prestar contas, estão aí as contas o mais discriminadas possível, apresentadas.

Nós tivemos uma gestão muito prudente. Graças a essa gestão prudente, conseguimos fazer face às nossas necessidades, num momento difícil, em que não tivemos praticamente receitas durante o ano, mas ninguém ficou para trás. Estivemos sempre na linha da frente, não deixámos de pagar os nossos compromissos aos nossos funcionários e diversos colaboradores, e mais, ainda estamos a fazer outras situações, para além daquilo que seria a nossa obrigação geral, porque ainda estamos a fazer outras atividades, às vezes substituindo o Estado Central e o Município, nomeadamente com o processo de todas as vacinações, que têm sido encargos, desde contas para pagar de refeições, desde material administrativo, desde papel, *toners*, desde funcionários, sete funcionários diários lá nas vacinações, a ajudar naquele processo, porque o Governo Central não tem, nem o Município, condições, e pediram às Juntas para apoiar, e nós estamos a apoiar.

E por isso mesmo, para nós é, de facto, um orgulho ter funcionários e colaboradores como os que nós temos, que com muita abnegação, e até espírito de sacrifício – que não é fácil, estão ali em risco – conseguimos, quer com o “Belém Consigo”, quer com o “Leia”, acorrer às necessidades

das pessoas nas próprias casas. E portanto, estivemos nessas funções de apoio imediato aos mais necessitados e às instituições. Nós conseguimos transferir apoios que antigamente havia para projetos, neste momento, para pessoas e para instituições que estavam necessitadas, conseguimos ter uma situação financeira bastante estável, e graças à política prudente que nós tivemos – realço que não tivemos receitas durante todo este tempo, foram quase 640.000€ que perdemos de receitas, mas os nossos compromissos continuaram a ser cumpridos. Por quê? Porque continuámos a ser cuidadosos, e por isso mesmo conseguimos transferir algumas verbas do ano passado para este, e para agora conseguimos fazer face às despesas que temos tido. E aproveitámos também protocolos que tínhamos apalavrado com a Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito dos CDC's, e conseguimos executar – eu digo que não comento, não vale a pena, afirmações do Partido Comunista, mas já que, há bocado, falou sobre isso, o Partido Comunista tinha dito que, realmente, não sabia nada do que se tinha feito, que não tinha informações, eu acho que, aliás, o melhor método, se andarem na rua, vão aos sítios mesmo ver aquilo que nós fizemos, e posso-vos falar nos parques infantis, nos *fitness parks*, nos *street workout*, nos parques caninos, nos Moinhos de Santana – estão tão preocupados agora com essas situações da política da Câmara, do Município, mas posso dizer-vos que são os únicos moinhos recuperados em Lisboa. Ainda hoje estive lá com o Dr. Jorge Miranda, que é um dos grandes especialistas em moinhos, até me ofereceu um livro sobre essa matéria, e que me felicitou por isso, e vai amanhã sair na televisão, no programa “Portugal em Direto”, uma reportagem sobre os Moinhos de Santana – amanhã, no “Portugal em Direto”. Portanto, não foi preciso recebermos lições de ninguém, estavam há muitos anos abandonados, e também fizemos vários investimentos, aproveitando os parques de estacionamento, coisas que não eram mesmo das nossas atribuições. Realmente, para nós, o principal são as pessoas, que é um trabalho invisível, de ação social, da parte da educação, que é muito complicada também, numa altura destas, mas cumprimos, estamos a cumprir, e temos estado a ajudar ainda outras entidades, até inclusive o Governo Central – que é uma aberração no meio disto tudo.

De qualquer forma, nós conseguimos transitar um milhão, cento e poucos mil euros para este ano. Temos ainda umas obras para acabar, no âmbito destes CDC's, um que é de uma coisa muito importante, que a Câmara achou que não era necessário, um pavilhão gimnodesportivo para a Freguesia de Belém, tinha cinco especiais, tínhamos um prometido, e foi mais uma promessa da Câmara que falhou, que era para pôr na Escola Secundária do Restelo, e o Sr. Presidente da Câmara falhou mais uma vez connosco, e por isso mesmo tivemos que agora arranjar a cobertura do pavilhão de Caselas, porque, de facto, foram para outras três freguesias, que não a de Belém. Não vos digo mais nada, imaginam o que aconteceu.

De maneira que vamos avançar com isso, já temos o projeto de arquitetura, vai avançar a cobertura dessa situação, desse pavilhão, único, não temos nenhum pavilhão gimnodesportivo coberto.

Agora, eu aconselhava, realmente, as Oposições a darem uma volta pela freguesia, e eu comprometo-me a fazer-vos uma visita guiada, para verem, porque são tantas as situações, e o trabalho do dia a dia, que é muito importante, e que nós temos feito.

Por isso mesmo, o que é que eu vos peço? A situação está controlada, podem chamar-nos conservadores, mas não somos, somos administrados e de boas contas, e por isso mesmo, neste momento, a nossa situação orçamental é estável.

E de maneira que pedimos que, realmente, tenhamos a vossa aprovação nestas contas, porque além de termos cumprido os nossos compromissos, a situação mantém-se estável, e pronta para novos desafios.

--- Fernanda Santos (PS) ---

Queria deixar, de facto, um comentário relativamente a esta prestação de contas que nos foi apresentada, em que verificamos que a receita é superior à despesa. O Sr. Presidente estava a dizer-nos que não teve receita este ano, ora, vejamos, foram 6.241.000€ de receitas, que são superiores à despesa. É, efetivamente, uma gestão muito prudencial, e que em tempos de crise como aqueles que vivemos, é salutar. Estamos de boa saúde financeira, e verificamos, aliás, que se mantém um saldo de gerência na ordem de quase 1.500.000€. Isto, de facto, em ano de crise, é quase contraciclo.

Disse-nos o Sr. Presidente que deixou de cobrar 640.000€. Efetivamente, Sr. Presidente, aquilo que também gostaria de deixar como nota é que isto faz parte do erário público, as despesas não aumentaram – o que também, em tempos de crise, não seria expectável, o que seria expectável era que, eventualmente, pudesse haver aqui algum desequilíbrio. Mas, acima de tudo, aquilo que se verifica com as despesas é que nas áreas onde se destaca uma maior despesa – na área da ação social, do desporto, da educação, e apesar de estas serem as áreas onde há mais despesa – a mesma reduziu em relação ao ano anterior. E isso causa-nos preocupação, Sr. Presidente, porque estas são as áreas onde eventualmente pode prestar um maior apoio aos fregueses.

Eu sei, isto é quase uma conversa de eco, Sr. Presidente, que o Sr. Presidente nos diz sempre que trabalha para as pessoas, e que é um trabalho invisível, que não se vê. E novamente venho pedir-lhe a demonstração desses números, desse apoio que é dado às pessoas, porque aquilo que aparece nesta prestação de contas é que, efetivamente, nestas áreas há uma redução da despesa, quando temos famílias desempregadas, e que, portanto, precisam de mais apoio social, e que certamente os cartões solidários para duzentas famílias não serão suficientes, quando temos, por exemplo, alunos com tantas dificuldades, e verifiquei – e penso que o número não estará muito errado – que o Sr. Presidente disponibilizou dezassete computadores, que foram fornecidos também por uma empresa. Ora, vejamos, nestes tempos, talvez aquilo que eu queria aqui assinalar é que com a receita que o Sr. Presidente tem, com o saldo de gerência que o Sr. Presidente tem, poderia prestar um maior apoio a famílias que estão desempregadas, a alunos que precisam de computadores, por exemplo, investir mais em atividades que permitam a contratação de profissionais que eventualmente estejam em situações de desemprego – ou seja, que a Junta possa ser um elemento dinamizador, e que possa apoiar a sua comunidade, porque o Orçamento que a Junta tem o permite fazer.

E portanto, apesar de ser salutar esta boa gestão prudencial que o Sr. Presidente tem, na verdade, aquilo que nós gostaríamos era que esta mesma beneficiasse mais os nossos fregueses, e em

especial aqueles que têm mais carências, certamente, nesta altura, e que é reconhecido por vós – como foi dito anteriormente – que há, de facto, muitos problemas de ação social. E os nossos problemas de ação social não devem estar reduzidos aos programas do Belém Sénior, por exemplo; deve haver outra natureza de problemas onde a Junta eventualmente poderia investir, com as receitas que consegue reunir todos os anos.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Só para sublinhar que o documento, e o conteúdo do documento – eu volto a insistir naquela questão dos contratos de delegações de competências, porque é por essa via que as Juntas de Freguesia – e não é apenas uma característica da Junta de Freguesia de Belém, mas todas as Juntas de Freguesia da cidade de Lisboa têm hoje beneficiado de volumes significativos de financiamento direto da Câmara Municipal. E uma vez mais, este relatório não nos permite ter uma apreciação global da utilização, por parte da Junta de Freguesia, destes instrumentos de apoio financeiro.

Gostaria de destacar, porque isto também vem alinhado com a declaração de protesto que há pouco fiz, mas gostaria de sublinhar mais uma vez esta questão, sobre este ponto.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

O PSD queria só congratular-se com este ponto que estamos a discutir, da prestação de contas. Realmente, em ano de 2020, de Covid, acho que é, na nossa perspetiva, extraordinário, revela uma política prudente, revela um comprometimento pelas obrigações assumidas, uma gestão cuidadosa e diligente, e acho fantástico como é que conseguimos ter umas contas, a Junta, como tem, com receitas superiores às despesas – não obstante, isso também não é problema, porque o nosso Presidente da República já aprovou orçamentos com despesas superiores às receitas, também não era tema aqui se tivéssemos essa situação. Mas, de facto, acho que temos umas contas prudentes.

E entendemos que, neste ponto, o PSD irá votar a favor, e dando aos parabéns ao Executivo da Junta, ou à Junta de Freguesia, pelo trabalho fantástico que teve, em ano muito difícil, que nunca antes esta Junta teve no passado.

--- Presidente do Executivo ---

Vamos lá ver, o que eu queria aqui dizer é que, mesmo assim, posso dizer que este ano transitámos 1.100.000€, no ano passado transitámos 1.400.000€, aqui tivemos que gastar quase 340.000€ a mais, agora, este ano, do que foi no ano passado, porque, realmente, perdemos as receitas todas da piscina. Mas, ninguém na piscina deixou de receber a sua remuneração, as pessoas têm famílias, e fomos sensíveis, mesmo até os prestadores de serviços. Então, vamos ajudar as pessoas de fora, e os nossos colaboradores ficam abandonados? Não, toda a gente pôde contar com o nosso apoio, e por isso também estou muito grato aos nossos colaboradores, que às vezes até nos comoveu, algumas pessoas que vieram aqui falar comigo, quase com os olhos embaciados, a agradecer nós não os termos mandado para casa, prestadores de serviços.

Por isso mesmo, essas receitas da piscina, que praticamente equilibravam a piscina, deixaram de existir; foi só pagar, pagar, pagar, e temos que fazer obras de manutenção da piscina, que temos a piscina já cheia de necessidades de obras, e já depois do período da garantia.

Além do mais, é preciso ver que também não houve campos de férias, e a despesa aí desceu na ação social, porque não havia campos de férias, e tentámos compensar isso de outras formas. Mas, nada deixou de ser feito, a nossa prioridade é mesmo a ação social. Não houve ninguém, mas ninguém que ficasse com fome, que deixasse de ter remédios, e outros apoios, porque, realmente, isso para nós é sagrado. Somos o elo mais perto das pessoas, e esta parte da ação social ??? estamos a preparar, e do espaço público.

Mas, nesta questão, é preciso só frisar uma coisa: a Junta de Freguesia não é a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; a Junta de Freguesia tem uma prioridade, que são os mais desprotegidos também, e todos aqueles que estão, no âmbito da ação social, com mais dificuldades, mas nós somos parceiros da Santa Casa da Misericórdia, e otimizamos a nossa ação com a Santa Casa. Isto é um princípio de boa gestão.

Posso dizer-vos que, sim senhor, tivemos vários apoios – imaginem que uma vez, por exemplo, para darmos uma carrinha ao Centro Social de Belém, da Paróquia, que nos pediram, nós pedimos ao Centro Paroquial de Belém a carrinha, e tínhamos verba já prevista, e íamos fazer, mas, entretanto, conseguimos que duas instituições fossem cofinanciadoras. Portanto, aceitámos isso, dissemos ao Centro Social e Paroquial de Belém que está aqui a carrinha, que já nos tínhamos comprometido, mas não é só nossa; é nossa e de mais duas instituições que quiseram dar anonimamente para o Centro Paroquial. Isto é bem-vindo, eu acho que é normal.

E por isso mesmo, há várias situações, como os computadores, houve uma benfeitora que resolveu dar-nos dezassete computadores, na altura em que havia dificuldades nas escolas, e precisávamos. São computadores da Junta de Freguesia, que foram emprestados a alunos, e depois passaram para nós, quando não havia necessidade, ou para outros, em caso de necessidade. É material que a Junta tem para intervenção, para ajudar os mais necessitados.

A tudo isto, com o nosso pessoal, estamos muito atentos, e é por isso que nos orgulhamos, porque isto não é gastar por gastar; nós gostamos de investir, investir nas pessoas, para que tenham um envelhecimento ativo e saudável melhor, para nós isso é uma grande prioridade, as pessoas não estarem em casa fechadas, irmos lá buscá-las, e pô-las a fazer passeios, levá-las a espetáculos, e esse tipo de situações. Obviamente agora há mais dificuldades, mas estamos a preparar-nos para, muito em breve, irmos começar a compensar todas estas pessoas que têm beneficiado dos nossos apoios, para lhes darmos um bocadinho mais de felicidade, porque isto tem sido muito complicado. E para isso, temos que ter essa capacidade, e sentimo-nos cheios de força e de meios para, realmente, atuarmos nessas áreas tão necessitadas, hoje em dia, que nós temos aqui na nossa freguesia.

Ainda por cima, a nossa freguesia é sempre uma freguesia que dizem que é de gente rica. Nada mais enganador, temos aqui uma classe média que já teve um cheirinho do que era ter uma vida

muito normal e despreocupada, e que, neste momento, está muito atrapalhada. Eu não estou a dizer que há uns que merecem mais do que outros, mas temos estado mais atentos, de facto, a quem está mais atrapalhado, porque nos merecem respeito e apoio. Estamos muito atentos. E era isso que eu vos queria dizer.

Este Orçamento que nós executámos no ano anterior, achamos que de uma forma geral foi bem executado, posso mostrar-vos – aliás, os membros da Assembleia de Freguesia, quando quiserem, venham comigo ver *in loco*, tenho muito prazer nesse aspeto, não estou a fazer ironia, gostaria muito de os levar a visitar algumas das nossas benfeitorias, nomeadamente também as dos CDC's. Acho que dá gosto. Fica o convite feito.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e CDS-PP, e as abstenções do PS e PCP. -----

PONTO 3 – Apreciação e aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2021 (PPI e PPA)

--- Presidente do Executivo ---

É, geralmente, nesta primeira reunião de abril, que nós temos que fazer esta 1.ª Revisão Orçamental, sempre por causa dos resultados transitados do ano anterior. Aliás, estamos com algumas situações, neste momento, em evolução – se repararem, este mês, até foi um pouco mais cedo, foi no princípio deste mês, em vez de ser no final, porque estamos com necessidades por causa de algumas obras que ainda estão em curso, e é preciso verbas elevadas para as acabar, e queríamos acabá-las, nomeadamente a cobertura do pavilhão. E por isso mesmo, tínhamos que fazer neste momento esta revisão – isto é normal, é sempre nesta reunião da Assembleia de Freguesia que se faz esta aprovação, é sempre na altura em que ficamos aqui com uma situação mais realista do nosso Orçamento, já com estas verbas que são transitadas, e por isso já podemos avançar para algumas intervenções que temos aqui, mais urgentes, e algumas eram um bocado avultadas. E a partir de agora, se merecer o apoio desta Assembleia de Freguesia, nós poderemos começar de imediato, amanhã, já a avançar com esta obra no pavilhão, e mais umas outras, mas fundamentalmente a cobertura do pavilhão, que é muito importante, que ainda são umas centenas de milhares de euros.

--- Pedro Rodrigues (PS) ---

Gostaria, neste ponto, de também fazer uma sugestão ao Executivo, dado que optou por este método participativo de recolha de informação por parte dos fregueses e das várias associações de moradores, seria interessante também, de futuro, as obras da própria Junta de Freguesia serem submetidas sob esse mesmo ponto de vista. Ou seja, não basta assumirem essa valência por parte da Câmara Municipal de Lisboa, quando também a própria Junta nunca teve esse tipo de procedimento, e acho que é de louvar que o faça.

E portanto, de futuro, diria que seria muito interessante que todas as atividades que fossem também propostas por parte da Junta de Freguesia tivessem também esta visibilidade por parte

da divulgação que este projeto do PRA Restelo teve, e da forma também como recolheu, com certeza, os pareceres e as vontades dos munícipes, também o fará em situações futuras. E era quase um conselho que eu gostaria de dar ao Sr. Presidente da Junta.

--- Presidente do Executivo ---

Só queria dizer uma coisa: nós tentamos dar informação de tudo o que são projetos aqui na zona, nomeadamente estes que têm merecido o nosso apoio, porque, realmente, têm sido tantas as adversidades que temos visto aqui na nossa área, que tem sido difícil acorrer atempadamente a todos os sítios.

Vou dar-vos um exemplo: por exemplo, um dos projetos que nós não conseguimos atacar a tempo e estancar foi o do Posto de Limpeza da Rua Conselheiro Martins de Carvalho. Por quê? Porque quando fomos confrontados com essa situação, já estava aquela situação no Tribunal de Contas. Ao contrário deste do PRA, que apanhámos nesta fase inicial, que só não será abortado se a Câmara mesmo não quiser, e se a população deixar, há aqui uma diferença, de facto, naquele caso do Posto de Limpeza. Mas, até já em conversações com algumas pessoas daqui, da população civil, dos Vizinhos de Belém, e da AMBEX, que estão agora a preparar orçamentos participativos também aqui para a zona, posso dizer-vos que se está a tentar que o Parque dos Moinhos de Santana avance até ao Posto de Limpeza, para tentar compensar essa população da Conselheiro Martins de Carvalho de ter um Posto de Limpeza, mas também já ficar ali ao lado com um jardim, ou uma parte do jardim urbano dos Moinhos de Santana, haver um aumento dele até aquela parte que vai até ao Posto de Limpeza, na Rua Conselheiro Martins de Carvalho. Realmente, apanharam-nos já quando aquilo estava no Tribunal de Contas, não se conseguiu estancar aquilo, e a Câmara avançou com a obra de qualquer forma.

Mas, neste momento, vamos lá ver, a Câmara só não estanca esta situação se não puder, e já viram – e devem estar a ouvir hoje, de certeza que estão a ouvir esta conversa, estão a ouvir-nos, com certeza. E portanto, era natural que, neste momento, percebam que está toda a gente, inclusive os próprios elementos do Partido Socialista, contra este tipo de projeto que querem pôr aqui na nossa freguesia. Por isso, nós estamos 100% contra, e neste momento, a petição está a decorrer bastante bem, a petição da sociedade civil, a petição da Junta ??? iniciativas da própria sociedade civil ??? para impedir que este atentado urbanístico ocorra na nossa freguesia.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e CDS-PP, o voto contra do PCP, e as abstenções do PS. -----

PONTO 4 – Apreciação do Inventário a 31.12.2020

Foi considerado apreciado o inventário a 31.12.2020. -----

PONTO 5 – Apreciação e votação da alteração do Regulamento de Atividades Físicas e Desportivas do Centro Social de Belém

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 6 – Apreciação e votação de Protocolo de Cooperação entre a Freguesia de Belém e a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 7 – Apreciação e votação de alterações ao Regulamento do Programa Escolas com Voz

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 8 – Apreciação e votação da adesão ao Programa RedEmprega e à RedEmprega do Vale de Alcântara

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 9 – Protocolo com a produtora UAU para apresentação da Exposição “Meet Vincent Van Gogh – Prorrogação do prazo

--- Judite Fragoso (CDS-PP) ---

Este já constitui o segundo pedido de prorrogação do prazo da exposição, e, de facto, nós entendemos que, dadas as circunstâncias, não tem sido fácil para a cultura e para os dinamizadores destas exposições conseguirem levar a cabo a sua missão. E na primeira vez que foi votada a prorrogação do prazo, o CDS votou favoravelmente. E somos sensíveis, de facto, a quem quer fazer mais e melhor, e quem escolheu a nossa freguesia para desenvolver este projeto.

Gostava só de questionar se estão pensadas algumas contrapartidas para a nossa freguesia, nomeadamente preços mais em conta para os fregueses, ou para as escolas da freguesia, porque penso que também podia ser uma boa simbiose, a acontecer.

--- Presidente do Executivo ---

Sim, é evidente que esse era um princípio subjacente, já deram muitas contrapartidas através de bilhetes para as nossas escolas, e se se justificar, estarão na disposição de dar mais apoios, no que for possível, como é evidente.

Esse edifício, eles até abriam, às vezes, e das últimas vezes em que estiveram abertos, nem podiam abrir a certo tipo de horas, eram três ou quatro horas, tinham de começar muito cedo para cumprir os horários, tinham de fechar à uma, tem sido difícil. Mas, sim, essa questão das contrapartidas sempre esteve presente, e sempre existiram desde o início e mantêm-se, caso haja necessidade disso. Sim, têm-nos apoiado.

--- Judite Fragoso (CDS-PP) ---

Peço desculpa, é porque nos documentos que foram analisados, em momento nenhum isto é referido, nem tampouco quem é que se poderá habilitar a este tipo de bilhetes.

--- Presidente do Executivo ---

É através do nosso pelouro da educação, o que tem acontecido tem sido sempre através do pelouro da educação. As escolas, nós sabemos que as pessoas vão lá, tem acontecido sempre isso, até agora, e vai continuar assim. Aliás, como sabem, tivemos, na altura, uma contrapartida significativa para nós, ainda foram 50.000€ que ganhámos com essa situação – houve quem dissesse que podia ser mais, podia ser menos, mas foram 50.000€, que nos deram jeito, e conseguiu-se pôr uma exposição desta qualidade aqui em Belém.

Agora, depois houve toda esta situação, que é escusado estarmos a falar, esta pandemia. Eles têm tido um prejuízo de centenas de milhares de euros, e estão agora a ver se recuperam alguma coisa, nesta fase final.

Mas, obviamente, isso é daquelas coisas que nem se coloca; em caso de necessidade, da nossa parte da ação social, isso ficou sempre subjacente. Aliás, já da última vez se falava nisso, e isso mantêm-se em vigor, isto são prorrogações dos prazos. Mantêm-se sempre a questão das contrapartidas.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 10 – Apreciação e ratificação de doações

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 11 – Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia

--- Presidente do Executivo ---

A informação escrita contém as principais situações que têm acontecido na Junta, não se pode pôr tudo porque é sempre muita coisa.

De qualquer forma, não queria deixar de aproveitar, de facto, para agradecer a presença de todas estas pessoas que estiveram hoje nesta Assembleia de Freguesia, o que demonstra o interesse pela coisa pública e pelos assuntos da nossa freguesia, o que é muito estimulante para quem está

aqui na Junta e na Assembleia, saber que a sociedade civil está mobilizada, e estão entusiasmados em colaborar – e aqui falo também nos Vizinhos de Belém, e na AMBEX, e na outra população – porque, de facto, isto é muito interessante, e para nós, estimula-nos muito saber que as pessoas cada vez mais estão sensibilizadas para estarem atentas ao Poder Local e para colaborarem na política – política no bom sentido da palavra, atenção, porque acho que é muito honroso para nós todos podermos participar na política do nosso país. Às vezes está mal vista, mas eu acho que é das atividades mais bonitas que nós podemos ter na nossa vida, é participarmos na vida política do nosso país, em qualquer caso, seja ele qual for, em qualquer situação.

Para mim, é um grande orgulho estar aqui em Belém, como Presidente da Junta de Freguesia, e ter estas pessoas magníficas que hoje estiveram aqui, com situações diferentes, cada qual com a sua opinião, mas isto é a democracia a funcionar.

E por isso mesmo, por até esta hora terem aguentado isso, vou poupá-los de estar aqui a falar da informação escrita. Mas, mesmo às pessoas da população, agradeço que vão vendo o nosso *Facebook*, o nosso Boletim, a internet, vamos tentando pô-los em contacto com a nossa realidade.

E também lhes digo, estou sempre à disposição de toda a gente, eu e os membros do meu Executivo, para vos recebermos – que isso faz parte da nossa atribuição, e fazemos isso com muito gosto – para tratarmos dos assuntos e das vossas sugestões, aqui para o bem de Belém.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

---Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foi feita a leitura da Minuta da Ata da 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2021 pela 1.ª Secretária e colocada a votação, tendo esta sido **aprovada** por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa, com a finalidade de conferir eficácia imediata às deliberações aprovadas. -----

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por todos os elementos que compuseram a Mesa da Assembleia. -----

.....
Presidente da Assembleia de Freguesia

.....
1ª Secretária

.....
2º Secretário